

Diário do Legislativo de 14/05/2003

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado Pastor George - PL

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL

PROGRESSISTA (PSDB/PDT/PPS/PRTB/PSB E PV):

Líder: Deputado Antônio Carlos Andrada (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Carlos Pimenta (PDT), Neider Moreira (PPS) e Gustavo Valadares (PRTB)

2) LIDERANÇA DO BLOCO PT/PC do B:

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputadas Jô Moraes (PC do B) e Maria Tereza Lara (PT)

3) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Deputado Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Deputados Jayro Lessa e Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Ivair Nogueira

Vice-Líder: Deputado Chico Rafael

5) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Deputado Arlen Santiago

Vice-Líder: Deputado Fábio Avelar

6) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Alberto Pinto Coelho (PP)

Vice-Líderes: Deputados Bonifácio Mourão (PSDB); José Milton (PL), Paulo Piau (sem partido)

7) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Deputado Miguel Martini (PSB)

8) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Chico Simões (PT)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSB Presidente
Domingos Sávio

Deputado Dalmo BPSB Vice-Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Carlos BPSB
Pimenta

Deputado PMDB
Leonardo Quintão

Deputada Jô Bloco
Moraes PT/PC do B

Deputado Chico PMDB
Rafael

Deputado Dinis PL
Pinheiro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Júnior

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Ermano Batista BPSB

Deputado João Bittar PL

Deputado Roberto Bloco PT/PC do
Carvalho B

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Leonardo PL
Moreira

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PL Presidente
Bittar

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado Zé Maia BPSB

Deputada Cecília Bloco
Ferramenta PT/PC do
B

Deputado Olinto BPSB
Godinho

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BPSP
Silva

Deputado José Henrique PMDB

Deputada Ana Maria BPSP

Deputado André Quintão Bloco PT/PC do
B

Deputado Fábio Avelar PTB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião PFL Presidente
Navarro Vieira

Deputado Durval Bloco PT/PC Vice-Presidente
Ângelo do B

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Ermano BPSP
Batista

Deputado Paulo (SEM
Piau PARTIDO)

Deputado Bonifácio BPSP
Mourão

Deputado Leonardo PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro BPSP
Silva

Deputado Weliton Prado Bloco PT/PC do
B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PL

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Lúcia PTB Presidente
Pacífico

Deputada BPSP Vice-Presidente

Vanessa Lucas

Deputado Dimas PP
Fabiano

Deputada Maria Bloco
Tereza Lara PT/PC do
B

Deputado PMDB
Antônio Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Antônio Genaro PL

Deputada Jô Moraes Bloco PT/PC do
B

Deputado Chico Rafael PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Bloco Presidente
Ângelo PT/PC do B

Deputado PL Vice-Presidente
Roberto Ramos

Deputado Mauro BPSP
Lobo

Deputado Bloco
Roberto PT/PC do B
Carvalho

Deputado Célio PL
Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Marília Campos Bloco PT/PC do
B

Deputado Alberto Bejani PL

Deputado Fahim Sawan BPSP

Deputado Ricardo Duarte Bloco PT/PC do
B

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Adalclever Lopes

Deputada Ana BPSP Vice-Presidente
Maria

Deputado Dalmo BPSP
Ribeiro Silva

Deputado Bloco
Weliton Prado PT/PC do
B

Deputado PTB
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PMDB

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Alberto Bejani PL

Deputada Maria Tereza Bloco PT/PC do
Lara B

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Ermano BPSP Presidente
Batista

Deputado Jayro PL Vice-Presidente
Lessa

Deputado BPSB
Sebastião
Helvécio

Deputado Irani PL
Barbosa

Deputado Gil PP
Pereira

Deputado Chico Bloco
Simões PT/PC do B

Deputado José PMDB
Henrique

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado José Milton PL

Deputado Mauro Lobo BPSB

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

Deputado Márcio Passos PL

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PC do
B

Deputado Ivair Nogueira PMDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria Bloco Presidente
José Haueisen PT/PC do B

Deputado Doutor BPSP Vice-Presidente
Ronaldo

Deputado Márcio PL
Passos

Deputado José PL
Milton

Deputado Fábio PTB
Avelar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Miguel Martini BPSP

Deputado Elmiro PFL
Nascimento

Deputado Sidinho do PL
Ferrotaco

Deputada Lúcia Pacífico PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor PFL Presidente
Viana

Deputado Padre Bloco Vice-Presidente
João PT/PC do B

Deputado Luiz BPSP
Humberto Carneiro

Deputado Alencar da BPSP
Silveira Júnior

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo Piau (SEM PARTIDO)

Deputada Maria José Bloco PT/PC do
Hauelsen B

Deputada Ana Maria BPSB

Deputado Zé Maia BPSB

Deputado Bonifácio BPSB
Mourão

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Maria BPSB Presidente
Olívia

Deputado Antônio PL Vice-Presidente
Genaro

Deputado Doutor BPSB
Ronaldo

Deputado Djalma BPSB
Diniz

Deputado Bloco PT/PC
Laudelino Augusto do B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Miguel Martini BPSB

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Alencar da BPSB
Silveira Júnior

Deputado Fahim Sawan BPSB

Deputado Durval Ângelo Bloco PT/PC do
B

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bloco Presidente
Ricardo Duarte PT/PC do B

Deputado Fahim BPSB Vice-Presidente
Sawan

Deputado Neider BPSB
Moreira

Deputado PFL
Doutor Viana

Deputado João PL
Bittar

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Chico Simões Bloco PT/PC do
B

Deputado Doutor Ronaldo BPSP

Deputado Carlos Pimenta BPSP

Deputado Alberto Bejani PL

Deputado Leonardo PMDB
Quintão

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPSP Presidente
Sargento
Rodrigues

Deputado Alberto PL Vice-Presidente
Bejani

Deputado Olinto BPSP
Godinho

Deputado Rogério Correia Bloco PT/PC do
B

Deputado PL
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BPSP

Deputado Roberto Ramos PL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Biel Rocha Bloco PT/PC do
B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio PL Presidente
Moreira

Deputada Marília Bloco Vice-Presidente
Campos PT/PC do B

Deputado Ana BPSP
Maria

Deputado PP
Pinduca Ferreira

Deputado André Bloco
Quintão PT/PC do B

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jayro Lessa PL

Deputado Padre João Bloco PT/PC do
B

Deputado Paulo César BPSP

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputada Maria José Bloco PT/PC do
Hauelsen B

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil PP Presidente
Pereira

Deputado PMDB Vice-Presidente
Adalclever Lopes

Deputado Djalma BPSP
Diniz

Deputado Bloco
Laudelino Augusto PT/PC do B

Deputado Sidinho PL
do Ferrotaco

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Paulo César BPSP

Deputada Cecília Bloco PT/PC do
Ferramenta B

Deputado Célio Moreira PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PMDB Presidente
Henrique

Deputado Elmiro PFL Vice-Presidente
Nascimento

Deputado Paulo BPSP

César

Deputado Biel Bloco
Rocha PT/PC do
 B

Deputado PTB
Leonídio Bouças

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Gustavo BPSP
Valadares

Deputado Laudelino Bloco PT/PC do
Augusto B

Deputado Arlen Santiago PTB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 12/5/2003

Presidência do Deputado Elmiro Nascimento

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Rêmolo Aloise - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Dimas Fabiano - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - João Bittar - Laudelino Augusto.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Elmiro Nascimento) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 4ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial do Tribunal de Contas, em 6/5/2003

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, José Henrique e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Chico Simões. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os seguintes convidados: Srs. Carlos Pinto Coelho Mota, professor do Curso de Especialização em Controle Externo da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado, e Frederico Pardini, professor de Direito Administrativo e Auditor aposentado do mesmo Tribunal. Os convidados fazem suas exposições e em seguida respondem a questões formuladas pelos Deputados Antônio Carlos Andrada, Sebastião Navarro Vieira e Chico Simões. Na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, o Deputado Antônio Carlos Andrada apresenta requerimento em que solicita seja prorrogado por 30 dias o prazo de funcionamento desta Comissão. O Deputado Chico Simões apresenta requerimento em que solicita sejam pedidas ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado informações relativas à tramitação de processos nessa Corte, à remuneração de seus servidores, ao alcance e aos custos de sua fiscalização. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece aos Profs. Carlos Pinto Coelho Mota e Frederico Pardini pelos importantes subsídios trazidos à Comissão, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Fábio Avelar - Rogério Correia - José Henrique.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação Social , em 6/5/2003

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Marília Campos e Ana Maria, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 25/2003 (relator: Deputado André Quintão, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 444 e 506/2003. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira, em que solicita seja elaborada por esta Comissão uma cartilha contendo todos os direitos dos idosos garantidos por leis estaduais, municipais e federais, e da Deputada Ana Maria, em que solicita seja feita a distribuição da referida cartilha nas cidades do interior e sejam enviadas cópias das principais leis municipais que tratam do idoso às Câmaras Municipais do interior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Célio Moreira, Presidente - Marília Campos - Ana Maria - André Quintão.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial PARA EMITIR PARECER SOBRE A Indicação do Diretor-Geral do IGAM, em 6/5/2003

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, Paulo Cesar e Lúcia Pacífico, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião especial, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator. A seguir determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Paulo Cesar para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente, a Deputada Maria José Haueisen e, para Vice-Presidente, o Deputado Paulo Cesar, ambos com três votos. Ato contínuo, a Presidente "ad hoc" declara empossado Vice-Presidente o Deputado Paulo Cesar, a quem passa a Presidência da reunião. O Vice-Presidente eleito empossa a Presidente Deputada Maria José Haueisen, a quem devolve a direção dos trabalhos. A Presidente eleita agradece a escolha de seu nome e designa o Deputado Paulo Cesar relator. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente - José Henrique - Fábio Avelar - Paulo Cesar - Arlen Santiago.

ATA DA 5ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, em 6/5/2003

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Padre João e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 244/2003, no 1º turno, para o qual designou como relator o Deputado Padre João. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 514 e 524/2003. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Doutor Viana, Presidente - Gilberto Abramo - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública, em 8/5/2003

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sargento Rodrigues, Rogério Correia e Ermano Batista (substituindo este ao Deputado Olinto Godinho, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio e Irani Barbosa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ermano Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar dos impactos na capacidade operacional da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, em razão dos cortes anunciados pelo Governador do Estado nos orçamentos dessas corporações, e tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (2), em que solicita seja enviado pedido de providências ao Presidente do Conselho Nacional de Trânsito para que seja reformulada a Resolução CONTRAN nº 20/98, e em que solicita sejam pedidas ao Comandante-Geral da PMMG as informações que menciona, referentes à atuação da PM nos municípios; Rogério Correia (2), em que solicita seja formulado apelo ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, com vistas a que envie cópias das fitas de vídeo do Processo nº 024 02 781212-2, e ao Superintendente da Polícia Federal do Estado, com vistas a que preste informações sobre a participação dessa instituição no caso a que se refere o processo citado; em que solicita a realização de reunião desta Comissão para debater a implantação das Brigadas Voluntárias de Bombeiros; Célio Moreira (2), em que solicita a realização de audiência pública desta Comissão para discutir a desativação da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte; em que solicita sejam acrescentados à relação de convidados para a audiência pública, destinada a discutir mudanças na estrutura de segurança pública da região do Barreiro o Prefeito Municipal de Belo Horizonte e um representante da Polícia Federal e, também, que seja excluído da referida relação o Diretor do Instituto de Identificação. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados e registra a presença dos Srs. Cel. BM José Francisco Maciel Dias Pereira, Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Militar, representando o Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; Major Domingos Sávio de Mendonça, Presidente da Associação de Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Subtenente Luiz Gonzaga Ribeiro, Presidente da Associação dos Praças da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; e Cabo Adalberto dos Santos Valadares, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados. O Presidente tece suas considerações iniciais como autor do requerimento que deu origem ao debate. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente - Alberto Bejani - Rogério Correia.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 34ª reunião ordinária, em 14/5/2003

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mauro Guimarães Werkema para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Amílcar Vianna Martins Filho para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. David Márcio Santos Rodrigues para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Vítor Fernando de Andrade para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Caio Nelson Lemos de Carvalho para o cargo de Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Renato César do Nascimento Santana para ocupar o cargo de Diretor-Geral do DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito para o cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Professor Dimas Melo Braz para integrar o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 174/2003, da Comissão de Transporte, solicitando ao Presidente do BDMG a relação de todos os contratos firmados atualmente entre as Prefeituras e o Banco para utilização dos recursos do Fundo SOMMA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 201/2003, do Deputado Laudelino Augusto, solicitando ao Diretor do DER-MG cópia do contrato de execução da pavimentação da Rodovia MG-347, no trecho entre Maria da Fé e Cristina, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 206/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário de Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 242/2003, do Deputado Roberto Carvalho, solicitando ao Secretário de Justiça informações sobre a existência de projeto de instalação de um centro de recuperação de menores infratores, em detrimento da proposta de implantação da 11ª Cia. de Polícia, na Av. Teixeira Dias com Via do Minério, no Bairro Barreiro de Cima. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 357/2003, do Deputado Irani Barbosa, solicitando ao Presidente da CEMIG cópia do convênio celebrado pela empresa com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais para fornecimento de serviços técnicos, conforme noticiado pelo jornal "Estado de Minas", em 22/3/2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidade ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 71/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 73/2003, da Deputada Maria José Haueisen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelos clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 683/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 14/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 163/2003, do Deputado Djalma Diniz; 234/2003, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 583 e 626/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 592/2003, do Deputado Célio Moreira; 630/2003, do Deputado Doutor Viana; 634 e 635/2003, do Deputado Leonardo Moreira; 636/2003, do Deputado Biel Rocha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, a realizar-se às 10 horas do dia 14/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 116/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 14/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 158/2003, do Deputado Rogério Correia; 208/2003, do Deputado José Milton.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 14h30min do dia 14/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater políticas públicas de desenvolvimento de programas habitacionais sociais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União, a realizar-se às 15 horas do dia 14/5/2003

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 14/5/2003, destinada à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: apreciação das indicações, feitas pelo Governador do Estado, dos nomes do Srs. Mauro Guimarães Werkema para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado; Altino Rodrigues Neto, para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - ; Amílcar Vianna Martins Filho para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro; David Márcio Santos Rodrigues para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA - ; Vítor Fernando de Andrade para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - UTRAMIG - ; Caio Nelson Lemos de Carvalho para o cargo de Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC - ; Renato César do Nascimento Santana para ocupar o cargo de direção do DER-MG; Marcos Wellington de Castro Tito para o cargo de Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais; Paulo Teodoro de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - ; e Dimas Melo Braz para integrar o Conselho Estadual de Educação; e da Sra. Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff; e dos Requerimentos nºs 174/2003, da Comissão de Transporte, solicitando ao Presidente do BDMG a relação dos contratos atualmente firmados entre as Prefeituras e o Banco para utilização dos recursos do Fundo SOMMA; 201/2003, do Deputado Laudelino Augusto, solicitando ao Diretor do DER-MG cópia do contrato de execução da pavimentação da Rodovia MG-347, no trecho entre Maria da Fé e Cristina, com as especificações que menciona; 206/2003, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita ao Secretário do

Desenvolvimento Social e Esportes informações sobre os recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador, com as especificações que menciona; 242/2003, do Deputado Roberto Carvalho, solicitando ao Secretário de Justiça informações sobre a existência de projeto de instalação de centro de recuperação de menores infratores, em detrimento da proposta de implantação da 11ª Cia. de Polícia, na Av. Teixeira Dias com Via do Minério, no Bairro Barreiro de Cima; e 357/2003, do Deputado Irani Barbosa, solicitando ao Presidente da CEMIG cópia do convênio celebrado pela empresa com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais para fornecimento de serviços técnicos, conforme noticiado pelo jornal "Estado de Minas", em 22/3/2003; e à apreciação dos Projetos de Lei nºs 35/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dá nova redação ao "caput" e ao § 1º do art. 1º da Lei nº 13.514, de 7/4/2000, que dispõe sobre o fornecimento de informações para a defesa de direitos e o esclarecimento de situações; 37/2003, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidade ou no volume de produto exposto à venda no comércio varejista; 71/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que proíbe a inscrição dos devedores de tarifas públicas em cadastros de consumidores inadimplentes; 73/2003, da Deputada Maria José Hauelsen, que disciplina a inclusão de serviços não solicitados pelo clientes nas faturas mensais expedidas pelas operadoras de cartões de crédito; e 683/2003, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional de Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de maio de 2003.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Bonifácio Mourão, Ermano Batista, Gustavo Valadares, Leonardo Moreira e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei nº 241/2003, do Deputado Paulo Piau, os Projetos de Resolução nºs 109 e 111/2003, do Deputado Durval Ângelo, o Projeto de Lei Complementar nº 4/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, o Projeto de Lei nº 145/2003, do Deputado Carlos Pimenta, o Projeto de Resolução nº 535/2003, do Deputado Rogério Correia, o Projeto de Lei Complementar nº 10/2003, do Deputado Leonardo Quintão, e os Projetos de Lei nºs 55 e 90/2003, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, 126/2003, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 132/2003, do Deputado Carlos Pimenta, 177/2003, do Deputado Ricardo Duarte, 179 e 185/2003, do Deputado Weliton Prado, 191/2003, do Deputado Antônio Júlio, 205/2003, do Deputado Durval Ângelo, 215/2003, do Deputado José Milton, 226/2003, do Deputado Roberto Carvalho, 263/2003, do Deputado Paulo Piau, 291/2003, do Deputado Dinis Pinheiro, 482/2003, do Deputado Antônio Júlio, 513/2003, do Deputado Ermano Batista.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marília Campos, Jayro Lessa, Chico Rafael e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2003, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno, do relator, Deputado Jayro Lessa.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Leonardo Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Adalclever Lopes, Jayro Lessa e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2003, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem proposições da Comissão e, se possível, o relatório final.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2003.

Vanessa Lucas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial dos Convênios com a União

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Adalclever Lopes, Jayro Lessa e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/5/2003, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem proposições da Comissão e, se possível, o relatório final.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Vanessa Lucas, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER sobre A MENSAGEM Nº 41/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 41/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "d", da Constituição Estadual, o nome do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho para a Diretoria-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM.

Constituída esta Comissão, nos termos do art. 111, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Ao analisarmos a legislação constitutiva do IGAM e o currículo do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, não encontramos óbices a sua nomeação.

Durante a sabatina, o candidato demonstrou conhecimento sobre a entidade para cuja diretoria foi indicado, além de domínio sobre os temas técnicos e administrativos desejados para o ocupante do cargo em questão. Entendemos, assim, que o indicado reúne as condições necessárias para dirigir a autarquia.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome do Sr. Paulo Teodoro de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral do IGAM.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Maria José Haueisen, Presidente - Paulo Cesar, relator - Fábio Avelar - Irani Barbosa.

PARECER SOBRE A MENSAGEM Nº 41/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 41/2003, o Governador do Estado submete a esta Casa, nos termos do art. 62, XXIII, "d", da Constituição do Estado, modificado pela Emenda à Constituição nº 26, de 1997, o nome do Sr. Marcos Wellington de Castro Tito para a presidência da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Instituída a Comissão Especial, nos termos do art. 111, "c", c/c o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu às questões formuladas pelos Deputados.

Cabe-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

O candidato demonstrou conhecimento sobre a entidade para cuja direção foi indicado, atendendo, ainda, aos demais critérios exigidos para ocupar o cargo. Esta relatoria entende que a Junta, sob a gestão do indicado, nos últimos quatro anos, vem cumprindo com louvor a sua missão. Por essa razão, opina pela aprovação do nome, confiando que o indicado dará continuidade ao profícuo trabalho que vem sendo realizado.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome de Marcos Wellington de Castro Tito para Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Padre João, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Fábio Avelar.

Parecer SOBRE a Mensagem Nº 42/2003

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 42, publicada em 23/4/2003, o Governador do Estado, em obediência ao que dispõe o art. 62, inciso XXIII, alínea "b", da Constituição do Estado, submete ao exame desta Casa o nome do Prof. Dimas Melo Braz, indicado para integrar o Conselho Estadual de Educação.

Após arguição do candidato por esta Comissão Especial, compete-nos emitir parecer sobre a matéria, nos termos do art. 111, I, "c", c/c o art. 146, do Regimento Interno.

Esta Comissão pôde constatar, pelo exame do currículo e pelo excelente desempenho do candidato na arguição, que este dispõe das condições necessárias para oferecer uma significativa contribuição para o trabalho do Conselho Estadual de Educação e em prol da melhoria do cenário da educação no Estado.

Conclusão

Pelo aduzido, somos favoráveis à indicação do Prof. Dimas Melo Braz para integrar o Conselho Estadual de Educação.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2003.

Ana Maria, Presidente - Leonídio Bouças, relator - Weliton Prado.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 46/2003

Comissão de Segurança Pública

Relatório

De autoria do Deputado Miguel Martini, o projeto de lei em exame dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 21/2/2003, foi a proposição distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

O rastreamento, autorizado por medida judicial, de comunicação telefônica entre pessoas suspeitas do cometimento de delitos penais, principalmente daquelas ligadas a grupos do crime organizado, tem sido instrumento eficaz na apuração desses crimes por parte do sistema de justiça criminal. Com efeito, o rastreamento de ligações, assim como o acesso à movimentação de contas correntes bancárias, constitui instrumento útil ao acompanhamento policial e judicial da atuação dos suspeitos de práticas delituosas.

Esse monitoramento já é possível no caso dos telefones fixos e dos telefones celulares comuns, para os quais há sistemas de cadastro organizados e permanentemente atualizados, que identificam o proprietário do aparelho e informam os dados pessoais do titular. Os telefones celulares pré-pagos, popularmente conhecidos como "celulares de cartão", no entanto, podem ser comercializados sem controle, havendo somente um cadastramento, facultativo, do primeiro comprador, que poderá inclusive repassá-lo a outrem, tornando desatualizados os dados. Em suma, a empresa operadora dos telefones celulares pré-pagos perde totalmente o controle sobre a propriedade e utilização dos aparelhos, razão pela qual têm sido esses celulares os preferidos pelas pessoas envolvidas com a prática de delitos penais, especialmente aquelas que atuam em grupos do crime organizado.

Por essas razões, seria de todo eficaz, como forma de subsidiar as ações investigativas da Polícia Civil e do Ministério Público, que as operadoras de telefones celulares dispusessem do cadastro atualizado dos usuários e aparelhos celulares pré-pagos, como propõe o autor da proposição em exame. Se implantada, essa medida viria somar-se às ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo Estadual no combate ao crime organizado, que - nunca é demais lembrar - avança de forma avassaladora sobre a sociedade mineira.

Ademais, cumpre ressaltar, na linha de raciocínio que informou o parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, que a medida proposta encontra-se plenamente abrigada na função do Estado, constitucionalmente exigida, de preservação da ordem pública. Não é por outra razão que Estados como Rio de Janeiro e São Paulo já adotaram leis semelhantes à norma legal que se pretende instituir.

Como ressaltaram diversos participantes da audiência pública promovida por esta Comissão, no dia 6/5/2003, para discutir a matéria, a instituição do cadastro atualizado dos telefones celulares pré-pagos seria mais um recurso a ser utilizado pela inteligência policial na investigação das práticas do crime organizado e na repressão às suas ações. Todas as medidas voltadas para esse objetivo, comum às diversas esferas do poder público e da sociedade civil, devem ser apoiadas e estimuladas, desde que respeitados os preceitos constitucionais e o ordenamento jurídico.

Com vistas a aprimorar ainda mais o projeto, esta Comissão apresenta o Substitutivo nº 2, criando a obrigatoriedade, para as empresas prestadoras de serviço de telefonia móvel, de manter cadastro atualizado dos usuários.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 46/2003, na forma do seguinte Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Dispõe sobre o cadastramento obrigatório de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Incumbe aos prestadores de serviço de telefonia móvel, na modalidade pré-paga, em operação no território do Estado, manter cadastro atualizado de usuários.

§ 1º - O cadastro referido no "caput", além do nome e endereço completos do usuário, conterá:

I - no caso de pessoa física, o número do documento de identidade e o número de registro no cadastro do Ministério da Fazenda;

II - no caso de pessoa jurídica, o número de registro no cadastro do Ministério da Fazenda;

III - o registro da informação a que se refere o art. 3º, inciso II, quando for o caso.

§ 2º - Os prestadores de serviço de telefonia móvel pré-paga convocarão usuários não cadastrados para a obtenção dos dados necessários ao atendimento do disposto neste artigo, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta lei, prorrogável a critério do Poder Executivo.

§ 3º - Os dados constantes do cadastro deverão ser imediatamente disponibilizados para atender solicitação de autoridade judicial.

§ 4º - O não-cumprimento do disposto neste artigo sujeitará a prestadora à pena de multa de 1.000 (mil) a 10.000 (dez mil) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais - UFEMGs - por infração cometida.

Art. 2º - Os estabelecimentos que comercializem aparelhos de telefonia celular, na modalidade pré-paga, ficam obrigados a informar aos prestadores de serviço, no prazo de vinte e quatro horas após a venda, os dados referidos no art. 1º, sob pena da sanção prevista em seu § 4º.

Art. 3º - Os usuários de telefones celulares pré-pagos ficam obrigados a:

I - atender à convocação a que se refere o § 2º do art. 1º;

II - comunicar imediatamente ao prestador de serviço ou a seus credenciados:

a) o roubo, o furto ou o extravio de aparelho;

b) a transferência de titularidade do aparelho;

c) a alteração das informações cadastrais.

Parágrafo único - O usuário que deixar de atender ao disposto neste artigo ficará sujeito às seguintes penalidades:

I - multa de até 10 (dez) UFEMGs;

II - bloqueio do sinal, nas hipóteses dos incisos I e II, alíneas "a" e "b", do "caput" deste artigo.

Art. 4º - As multas previstas nesta lei serão impostas pela Secretaria de Estado de Defesa Social, mediante procedimento administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, considerando-se a natureza e a gravidade da infração e o prejuízo dela decorrente.

Art. 5º - Fica criado, no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social, o cadastro informatizado de aparelhos de telefone celular furtados e roubados.

Art. 6º - Os recursos financeiros resultantes do recolhimento das multas estabelecidas no § 4º do art. 1º e no parágrafo único, inciso I, do art. 3º desta lei serão destinados à aquisição de equipamentos de segurança para aparelhar as Polícias Civil e Militar.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2003.

Sargento Rodrigues, Presidente e relator - Alberto Bejani - Rogério Correia.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 683/2003

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia Legislativa, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Publicada em 8/5/2003, a matéria foi distribuída à Mesa da Assembléia para, nos termos do art. 103, c/c o art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

O FUNDHAB, instituído pela Deliberação da Mesa nº 399, de 16/11/89, tem natureza assistencial e destina-se à promoção da segurança e à proteção do servidor da Assembléia Legislativa e de sua família, no que diz respeito à moradia.

Ao longo do tempo, os benefícios concedidos pelo Fundo sofreram alterações, que resultaram na adaptação das normas às exigências sociais e legais do momento. Originalmente esses benefícios restringiam-se à compra de casa própria e à construção de moradia em terreno próprio, em Belo Horizonte. Como, no entanto, constatou-se a crescente dificuldade para a obtenção de novos espaços para a construção de moradia neste município, as normas do Fundo foram alteradas, por meio da Deliberação da Mesa nº 783, de 1992, para que se permitisse a aquisição de imóveis residenciais situados em outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Outra modificação importante foi a introduzida pela Deliberação da Mesa nº 1.279, de 1995, que possibilitou a utilização de recursos do Fundo para a quitação de débitos junto ao sistema habitacional. Em todos os momentos, no entanto, manteve-se o rigor na concessão de financiamentos, fato que se comprova pela saudável situação financeira do Fundo.

Em 28/10/93, em decorrência da aprovação da Lei Complementar nº 29, que, em seu art. 5º, determinava a adaptação dos fundos existentes no âmbito da Assembléia Legislativa às normas gerais editadas naquele ano, foi promulgada a Lei nº 11.259. Essa lei, em seu art. 1º, dispunha que "o auxílio habitacional ao servidor da Secretaria da Assembléia Legislativa, desde que contribuinte-participante do PRELEGIS, fica incluído na assistência prevista no art. 221 da Resolução nº 800, de 5 de janeiro de 1967". Ora, com a extinção do PRELEGIS, por meio da Lei Complementar nº 52, de 25/10/99, o dispositivo legal anteriormente citado tornou-se potencialmente inaplicável, especialmente com relação aos servidores que ingressaram na Casa a partir da extinção daquele Fundo.

A norma em exame, portanto, vem adaptar a legislação em vigor, para que o FUNDHAB possa continuar a cumprir as funções sociais para as quais foi criado, há mais de uma década. Ao mesmo tempo, são propostas alterações nos mecanismos de funcionamento do Fundo, com o objetivo de tornar a aplicação dos recursos mais eficaz e transparente, nos moldes das exigências da nova administração pública.

Esses motivos nos levam a opinar pela aprovação do Projeto de Lei n.º 683/2003 com a emenda que apresentamos ao final deste parecer, que tem como objetivo o aprimoramento da proposição quanto aos mecanismos que permitem a operacionalização do Fundo.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 683/2003 com a Emenda nº 1, que apresentamos.

EMENDA Nº 1

Dê-se aos incisos III e IV do § 2º do art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º -

§ 2º -

III - à conta de participação da Assembléia Legislativa na assistência complementar o saldo remanescente de recursos da disponibilidade financeira do ativo circulante do FUNDHAB apurado da dedução dos recursos a que se refere o inciso IV deste parágrafo na data da efetiva transferência dos recursos;

IV - à conta bancária do auxílio previsto na Lei nº 11.259, de 28 de outubro de 1993, os recursos da disponibilidade financeira do ativo circulante do FUNDHAB equivalentes ao resultado da aplicação do somatório dos percentuais a que se referem os incisos I e II do art. 3º da Deliberação nº 2.324, de 20 de novembro de 2002, no total do ativo do FUNDHAB apurado em seu balanço patrimonial no dia imediatamente anterior ao da efetiva transferência dos recursos."

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 13 de maio de 2003.

Mauri Torres, Presidente - Dilzon Melo, relator - Rêmolo Aloise - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Pastor George.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 7/5/2003

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes, telespectadores da TV Assembléia, ocupo esta tribuna para tentar fazer um retrato da nossa Minas Gerais. Ousei intitular o meu pronunciamento de "Acorda Minas Gerais". O nosso Estado é berço cultural, econômico e político do Brasil. Minas já cedeu ao País grandes figuras tais como Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Santos Dumont, Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Nascimento, Pelé e outras personalidades que mudaram a vida do nosso País. Coincidentemente, Minas Gerais teve respeito e projeção durante o regime ditatorial centralizado e enquanto a guerra fria norteava o mundo.

Não sei se é coincidência, mas o meu pronunciamento refere-se exatamente à abertura democrática, que, para Minas Gerais, foi ruim, porque não soubemos aproveitar esses momentos de liberdade e de democracia. Após essa abertura para o regime democrático, cujo processo foi liderado por Tancredo Neves, em seguida à desintegração da União Soviética, patrocinada por Mikail Gorbatchov, que enterrou o regime comunista - e, nessa ocasião, caiu o Muro de Berlim -, e depois da globalização, com a evidente abertura econômica da China para o mundo, que, mesmo mantendo a sua política fechada, é um dos países que mais cresce, Minas Gerais está demorando mais do que o Brasil a encontrar o seu caminho. Digo caminho do equilíbrio socioeconômico para dar aos mineiros a oportunidade de participar da produção de bens e serviços, com maior disponibilidade de trabalho e, conseqüentemente, dignidade e segurança. Comenta-se que a década de 80 foi perdida para o Brasil. Porém, as décadas de 80 e 90 foram perdidas para Minas Gerais. Senão, vejamos: Minas, nos últimos dez anos, perdeu o fôlego, em relação ao Brasil, no seu PIB. Perdemos para o Rio de Janeiro a condição de segundo PIB do País.

Nos últimos dez anos, a exportação brasileira cresceu 90%, enquanto a exportação mineira cresceu apenas 46%, praticamente a metade do crescimento nacional. O Estado do Rio Grande do Sul passou a ser o 2º maior exportador do País, deixando Minas em 3º lugar. Minas, que vinha tendo crescimento industrial acima da média brasileira, no último ano, cresceu apenas a metade do que cresceu a indústria nacional. Nossa matéria-prima está sendo industrializada em outros Estados e países, deixando de gerar, aqui, os devidos empregos e, conseqüentemente, deixando de gerar receita para os cofres públicos tanto do Estado quanto dos municípios.

Entupiu-se o fluxo de recursos federais e internacionais para Minas Gerais, pois a moratória do Governo anterior foi a mais alta expressão da incompetência governamental. Porém, tudo isso, Srs. Deputados, não aconteceu por acaso. Minas continua sendo um Estado fiscalista, tributarista e - acho que não existe esta palavra, mas temos de inventá-la - "multista", devido à forma com que multa a sociedade, à maneira como essas multas compõem o orçamento do Estado de Minas Gerais. Trata-se de condição absurda. Sabe-se que a guerra fiscal existe, mas se tem medo de enfrentá-la. Os contribuintes mineiros não têm sido parceiros do Estado - e vice-versa -, mas sim adversários, em um processo cultural do nosso Estado.

Em Minas, o cooperativismo tem enfrentado mais dificuldades do que nos outros Estados, tendo em vista que, por um instrumento, um parecer do Tribunal de Contas, não podem participar das licitações públicas. O parecer diz que uma cooperativa de leite não pode participar de licitação para a compra, pela Prefeitura, de merenda escolar, mas uma multinacional, Nestlé, Parmalat, pode. É absurdo vigorar um parecer dessa natureza até hoje, travando o desenvolvimento do nosso Estado.

Na educação, Minas, que sempre foi referência nacional, hoje está em 4º lugar na avaliação de qualidade do sistema de avaliação nacional. Tenho um relatório da atual Secretária de Educação, Vanessa, do qual vou ler um pequeno trecho: "Minas perdeu o 1º lugar histórico que tinha na qualidade da educação pública. O desempenho dos estudantes mineiros, em 2001, piorou em relação à sua própria performance de quatro anos atrás, passando à 4ª colocação, abaixo do Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná".

Além disso, sabemos o que acontece com nosso concurso público, que foi mal elaborado pelo Governo anterior, trazendo transtornos aos participantes. Na área da saúde perdemos espaços também. Quero apenas trazer um exemplo referente às próteses auditivas. A cidade de Franca, no Estado de São Paulo, já conseguiu, com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS -, aproximadamente 700 próteses. E Minas inteira, por esse sistema, não conseguiu ainda nada nesse sentido. Os nossos hospitais universitários estão em situação de calamidade, e o Instituto de Previdência - IPSEMG está com uma dívida extremamente grande. Tudo isso mostra o quadro em que vive o Estado de Minas Gerais.

No meio ambiente, Minas tem praticado uma verdadeira aberração. Estabeleceu-se uma exigência para o setor produtivo absolutamente incompatível com o aparato estatal para autorizar e fiscalizar. Implantou-se um verdadeiro círculo vicioso no nosso Estado. Existe o procedimento, que não analisa ou não libera ou demora a liberar. Os custos das licenças ambientais são os mais altos do País. O setor produtivo faz ou fica parado. Surgem as multas. O Ministério Público inadvertidamente ajuda também a reforçar esse processo de paralisia. Evidentemente vem a improdutividade, paralisação da atividade e muita migração de empresas para outros Estados da Federação.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Caríssimo Deputado Paulo Piau. Quero apenas parabenizar V. Exa. por seu pronunciamento. A reflexão que traz a essa tribuna é exatamente a nossa. Estamos também inscritos para, no decorrer do dia, trazer essa reflexão para a Casa. É muito importante que esta Casa também dê sua contribuição.

V. Exa. acentuou uma situação muito séria, a tributação. Hoje, nosso Estado e nossos contribuintes já não suportam essa carga tributária. Temos 34% do PIB nacional, que é decorrência de Minas, destinado a carga tributária.

V. Exa. tem liderado muitos movimentos, particularmente na área do cooperativismo, com sua visão extraordinária nesse sentido. Ouvimos, há poucos dias, na sua querida Uberaba, o Presidente Lula falar sobre o cooperativismo. Disse o que realmente sentia e que é necessária a participação do cooperativismo de Minas e do Brasil. Mas é necessário também que esta Casa participe ativamente da reforma tributária. Na semana passada, nosso Governador levou ao Presidente Lula o pensamento de Minas para evitarmos a guerra fiscal, essa situação tão dramática que estamos vivendo, perdendo indústrias e empregos.

Parabéns. Tenha a certeza de que nós também sempre estaremos atentos aos problemas de tributação, emprego e desenvolvimento de Minas. Estaremos juntos nesta caminhada.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Quero apenas parabenizá-lo e corroborar com o pronunciamento de V. Exa. A questão não é só da fúria tributária e da questão ambiental dentro do Estado de Minas Gerais, não. A questão é achaque mesmo.

Hoje, a FEAM, o COPAM, o IEF são órgãos de achaque dentro do Estado de Minas Gerais. A represa da Cataguases está este tempo todo com o risco, mesmo de vidas. Cidades ficaram sem abastecimento de água e nunca foram fiscalizadas. Por quê? Porque é só dar propina para o pessoal do meio ambiente.

As grandes mineradoras fazem o que querem neste Estado. É só dar propina para o pessoal do meio ambiente. E cito o caso da SAMARCO, que estamos investigando, que seca praticamente a nascente do rio Piracicaba na cidade de Mariana. Ela não tem licença, já nem decreto de lavra existe, porque foram extintos na época do Governo Collor.

Existe uma estação de bombeamento na cidade de Matipó, cuja represa de rejeito da Companhia SAMARCO é feita no leito de dois córregos. Abaixo, desce o minério de ferro da lavagem da tubulação, que vai para o Estado do Espírito Santo, e desce, para o rio Matipó, o excesso da lavagem da tubulação do mineroduto. Abaixo de onde vem o rejeito dessa represa, está a captação de água da COPASA de Matipó. Levantamento feito na cidade mostra que mais de 20% da população está acometida de câncer. Isso acontece porque a FEAM, o COPAM e o IEF, na hora de fiscalizarem o interior, a questão ambiental, não fiscalizam; porém, fazem-no na hora de liberar, de fazer portarias para beneficiar grandes siderúrgicas. No Governo Itamar Franco, houve portarias para beneficiar grandes siderúrgicas.

Dificulta-se a implantação de uma indústria pequena, que às vezes não polui. Depende de licença do COPAM, que só se reúne em Barbacena, onde a maior parte dos Conselheiros estão há mais de 15 anos. É um vício, uma corrupção completa.

Temos de pedir revisão da lei ambiental. A FEAM e o COPAM só funcionam com propina. O depósito de lixo de Juiz de Fora é matéria de jornal. Não se consegue licenciamento para aterro sanitário por meio da Prefeitura, que não tem mecanismo para dar propina. Nas terras do PT, empresas receberam o licenciamento ambiental para lixo, antes mesmo de funcionarem.

O Deputado Paulo Piau - O Estado investe pouco na UNIMONTES e na UEMG. Minas é o 13º Estado em investimento no ensino superior. Os pesquisadores e a mão-de-obra não são treinados nos locais adequados, sobretudo no interior do Estado. Diferentemente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que investe R\$600.000,00 e R\$2.000.000.000,00 na USP, na UNESP e na UNICAMP. Minas investe apenas R\$40.000.000,00 nas duas universidades.

Minas investe pouco na geração de conhecimento. A FAPEMIG recebe anualmente em torno de R\$30.000.000,00, enquanto a fundação do Rio de Janeiro investe mais de R\$100.000.000,00, e a FAPESPE de São Paulo investe mais de R\$300.000.000,00. Portanto, não é à toa que o Rio de Janeiro, por meio dos investimentos nas universidades e na pesquisa, ultrapassou Minas Gerais no PIB. São Paulo já nem é comparação hoje.

Depositamos no Governo de Aécio Neves toda a nossa esperança para que, junto ao Governo Federal e aos organismos internacionais, Minas se posicione na vanguarda da Nação brasileira. Temos de voltar ao lugar que é reservado a Minas Gerais. Temos tudo para que isso ocorra: gente competente, recursos naturais abundantes e a possibilidade de desenvolvimento do setor produtivo. Faltava liderança para romper o círculo vicioso da política mineira. Minas trabalhou tanto em silêncio que cochilou; porém, temos esperança para Minas, por meio do Governador Aécio Neves, sua excelente equipe, e do grande empresário Clésio Andrade, para falar não de política partidária, mas de desenvolvimento, que é o discurso que estamos ouvindo. São Paulo e o Rio de Janeiro já fazem isso há bastante tempo, enquanto nos preocupamos com picuinhas. Estamos ouvindo o discurso do desenvolvimento, que é o que interessa à população, capaz de colocar Minas onde merece, ou seja, progressista, realizada, feliz e caminhando em direção ao Palácio do Planalto.

Chamo a atenção dos meus pares nesta Casa para o momento em que estamos vivendo, que é de reflexão e muita responsabilidade, porque a situação do Estado, principalmente com relação à dívida financeira, é muito grave. Esta Casa deve pensar não apenas no que pode gastar dos cofres públicos, mas também no que pode ajudar, a fim de desenvolver o setor produtivo e o setor de bens e serviços, ajudando também a gerar divisas e receitas para que o Estado possa assumir o seu grande compromisso social. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, jovens presentes nas galerias, imprensa, senhoras e senhores,

abordarei um tema que não constitui novidade. Na presença de alunos secundaristas de Belo Horizonte, o ideal seria que continuássemos o pronunciamento do Deputado Paulo Piau, que, de forma responsável, mostrou que é necessário fazer alguma coisa, tomar uma posição firme, para que Minas volte a ter escolas públicas de excelência. Precisamos voltar aos índices de algum tempo atrás, em que o nosso Estado ocupava o 1º lugar na implantação e no oferecimento de escolas públicas de altíssima qualidade. Por uma série de atos e omissões estamos amargando uma situação que não atende aos jovens estudantes.

Esse tema, de forma firme e contundente, interessa à população, à juventude, pois vamos discutir um programa que está sendo lançado pelo Governo para levar maior segurança às escolas públicas. É o programa "Escola Viva, Comunidade Ativa". Para que o programa tenha êxito, o Governador solicita a participação das escolas e de sua direção, além de debates com os estudantes.

Entre outras sugestões, o Governo propõe mudança do tempo de permanência das crianças nas escolas, voltando com a tese - fantástica e importante - do estudante em tempo integral, principalmente nas escolas localizadas nos bairros de maior violência, a fim de que possa participar das aulas, das atividades físicas e profissionais, além de alimentar-se mais dignamente. Enfim, poderá vivenciar mais a vida escolar.

Propõe, também, a mudança de currículo, chamando a atenção dos estudantes para temas que lhes façam refletir sobre os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros.

Outra proposta é a mudança de horários, evitando-se os de maior violência, quando as escolas estão mais expostas, mais fragilizadas, ficando à mercê dos bandidos e traficantes, pessoas que estão destruindo os sonhos da juventude brasileira.

Propõe maiores investimentos na capacitação de funcionários, para que possam discutir os problemas com a comunidade, além de maior participação dos pais, permitindo-lhes vivenciar cada vez mais o cotidiano escolar.

Os índices são preocupantes. Por exemplo: o porte de armas de fogo nas escolas mineiras é alarmante. Na semana passada, conversava com alguns professores de escola pública em Montes Claros, os quais nos afirmaram que, por inúmeras vezes, depararam-se com alunos portando revólver calibre 38, facas e outros tipos de armas brancas que provocam violência. Infelizmente, Minas é um Estado em que há elevada presença de alunos portadores de armas dentro das escolas, o que gera risco constante. Quem não se lembra das reportagens recentes veiculadas na mídia, em que alunos dispararam contra colegas e professores, matando-os ou ferindo-os? E ninguém faz nada! Ninguém tenta coibir o porte de armas nas escolas!

O índice nacional de roubos e depredações nas escolas públicas é de 31,1%. Em nosso Estado, ultrapassa 35%. São ações de vândalos que não se importam se se trata de um bem público ou se serve a algum parente ou amigo; 20,8% das gangues atuam nas proximidades das escolas, impedindo o aluno de freqüentar normalmente os sistemas educacionais. Na minha cidade, Montes Claros, existe um bairro violento, onde as pessoas não podem freqüentar as escolas. O horário noturno foi abolido, porque o risco era grande e os pais não sabiam se seus filhos retornariam às suas casas. As gangues, além de bater nos alunos, obrigam os jovens a usarem drogas. Na Escola Estadual Carlos Albuquerque, localizada no Bairro Maracanã, elas invadiram o estabelecimento, bateram nos alunos no horário do recreio e ainda obrigaram as pessoas que não quiseram comprar droga a tirarem dinheiro do lanche para adquirir maconha ou craque. Em Belo Horizonte, a situação não é diferente.

Temos um projeto - intitulado "Ronda Escolar" -, aprovado há quatro anos nesta Casa, que virou lei e prevê a constituição de grupos multiprofissionais, com as presenças do policial militar, do professor, assistente social, médicos e psicólogos, para orientar os alunos e esclarecê-los sobre os riscos do uso das drogas e de amizades suspeitas, assim como das doenças sexualmente transmissíveis - problema seriíssimo vivido pela juventude.

Esse projeto já foi copiado por outros Estados, onde se tornou lei, mas em Minas a primeira medida é o projeto Escola Viva - Comunidade Ativa, refletindo a preocupação do Governador Aécio Neves com a violência. A principal ação é a educativa, mas também é preciso expulsar os narcotraficantes, vagabundos que ficam nas portas das escolas, disfarçados de vendedores de balas, que trazem a droga por baixo do tabuleiro, levando o jovem a ter contato precoce com o vício. Parabênizo o Governador e a Secretária Vanessa pelo lançamento desse programa e afirmo que terão nosso total apoio. Numa primeira etapa, o projeto será lançado nas áreas de risco de Belo Horizonte, depois, na área metropolitana e, finalmente, será lançado nas cidades problemáticas, como Montes Claros, que vive e teme o problema da violência e a covardia contra a juventude.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Lembro-me de que há três anos V. Exa. apresentava a esta Casa o projeto de ronda escolar, indispensável à segurança dos jovens de Minas. Projeto longamente debatido na Comissão de Educação e que obteve aprovação por unanimidade em 1º e 2º turnos. Quando V. Exa. iniciava seu pronunciamento, recordava-me do seu posicionamento firme, garantindo a tranquilidade para nossos alunos em relação à violência. Parabênizo V. Exa. que sempre esteve preocupado com as escolas; estou certo de que seu projeto será um catalisador das ações que o Governador e a Secretária Vanessa estão iniciando para as escolas públicas. V. Exa. também tem uma grande responsabilidade, porque iniciou essa discussão sobre a ronda e violência escolar. Parabéns.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado. No dia 26 deste mês, a Comissão de Segurança Pública estará em Montes Claros para uma grande audiência pública, com participação de vários Deputados, do Secretário de Defesa Social, do Comandante da Polícia Militar e do Diretor-Geral da Polícia Civil. Faremos um seminário regional, não apenas local, tal é nossa preocupação com o nível de violência que se instalou em Montes Claros. Espero que essa reunião não seja única, servindo de exemplo para uma discussão mais ampla, pois a violência é muito grande.

Nesta semana ocorreu fato estrepitoso no Rio de Janeiro: uma estudante universitária foi baleada e encontra-se paraplégica, à morte. Hoje o nosso jovem está vulnerável à ação dos marginais. É necessário que ajamos em Minas Gerais. Deus nos livre de nos aproximarmos dos índices do Rio de Janeiro e de São Paulo. O nosso Estado ainda possui Polícia Militar eficiente, embora o número de policiais nas ruas seja insuficiente. E o que afugenta bandido, sem dúvida, é a Polícia Militar, fardada e presente em todos os bairros, tranquilizando-nos.

Não queremos que os nossos pais passem pela dor dos pais da jovem Luciana; que sintam temor quando os filhos saem de casa para irem à escola. Para isso, faz-se necessária uma discussão ampla, aberta e transparente, com o comprometimento de todos os Poderes.

O Governador já se comprometeu e lançou o Programa de Segurança Pública em Minas Gerais. Somente assim, poderemos dizer que moramos em cidade e em Estado que têm segurança e qualidade de vida.

Parabéns ao Governador Aécio e à Secretária Vanessa pelo lançamento do projeto Escola Viva - Comunidade Ativa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estudantes, telespectadores da TV Assembléia, senhoras e senhores, a questão da segurança pública nas escolas foi abordada com brilhantismo pelo Deputado Carlos Pimenta. Na verdade, vivemos momento de caos na segurança pública. A falência do atual modelo de segurança fica clara quando crianças, jovens e universitários correm risco dentro das

escolas. Não adianta tentar combater a criminalidade depois que já ocorreu, travando-se guerra contra a bandidagem, a qual, infelizmente, temos perdido no dia-a-dia.

É hora de a sociedade - e esta Casa deve refletir o sentimento dela - assumir posição diante desses inúmeros fatos, que nos constroem e até nos humilham. Embora sinta a necessidade de novas atitudes, talvez o caminho não seja grande novidade. Para combatermos a violência, percebo a necessidade de a sociedade, num gesto de humildade, reconhecer e valorizar os principais instrumentos. Assim, poderemos inibir essa ação de desrespeito à vida e atentado permanente contra o bem.

Quais são os instrumentos? Estamos habituados com a prática de que violência se combate com violência. Estamos sempre aflitos, querendo mais polícias, armas e prisões. Corremos sério risco de nos brutalizarmos tanto quanto aqueles que não respeitam a vida das crianças e dos jovens.

A cada dia perdem-se os principais referenciais para a construção de uma sociedade harmônica e mais justa: família e desenvolvimento de uma vida espiritual para cada ser humano. Não prego a beatice nem faço a defesa desta ou daquela religião. Torna-se inadmissível vivermos num mundo tão brutalizado, a ponto de ridicularizarem-se instituições como a família, e de atitudes de contrição espiritual serem motivo de deboche. É necessário termos humildade para reconhecer que, enquanto sociedade, estamos falhando, pois não valorizamos a família e a busca do desenvolvimento espiritual, que, ao longo da história, consagraram-se como essenciais para a vida em comunidade. Precisamos nos valer de instrumentos operacionais no dia-a-dia, assegurando-nos que valores como família e organização da sociedade possam ser respeitados por aqueles que optam pela bandidagem. Não se trata simplesmente de opção, as pessoas são criadas na bandidagem. A criança chega ao mundo sem família, e os jovens, estimulados a ridicularizar as manifestações religiosas ou qualquer processo de educação espiritual.

Propomos a organização de seminário em que o poder público discuta nossa responsabilidade enquanto instrumento de organização da sociedade para valorização da família e das manifestações de educação espiritual, que se dão não apenas por intermédio das iniciativas religiosas, mas por iniciativas de natureza educacional e esotérica, que podem nos apontar o caminho de uma sociedade mais justa e fraterna, não conquistada pelas armas. Não podemos ter a ilusão de que venceremos o crime com armas, com violência. Não prego que não se invista na polícia, que não se preocupe em organizar melhor o sistema prisional. Quando Prefeito de Divinópolis, sempre fui defensor e parceiro das polícias. Tanto a Polícia Civil quanto a Militar requerem maiores investimentos do Estado, e nosso sistema prisional está falido. Entretanto, instrumentos como a família e organizações que se preocupam com a formação espiritual do ser humano têm de ser valorizados, carecendo de maior apoio do Estado e incentivo nas escolas. Em tempos em que a religião é pouco compreendida, o conceito de educação religiosa ou espiritual tem de ser revisto; precisamos criar motivação para que a sociedade viva em paz, levando em conta que grande parte da violência é fruto das desigualdades sociais, da miséria. Para combatê-las, precisamos de atitudes firmes, de programas estruturais relativos à educação, e não de programas imediatistas.

Há poucos dias, participava em Divinópolis de um encontro na Escola Municipal Hermínia Corgozinho. Essa é uma das milhares escolas deste Estado que se vêem diante do risco de fechar as portas, devido à constante insegurança posta pelos que querem achincalhar, agredir os mestres e abusar dos alunos. Esses resistem à atitude dos vândalos e dos que migraram, às vezes de forma irremediável, para uma postura desumanizada. Discutíamos alternativas, que, aliás, a Polícia Militar atualmente, com muita propriedade, vem analisando. Uma delas refere-se aos conselhos comunitários de segurança, ação de parceria da comunidade com a polícia. Apesar de isso não ser novidade, verifica-se que permanece muito na teoria. É preciso que esta Casa utilize os seminários, valorizando a família e a sociedade, como instrumento fundamental para que possamos encontrar segurança e maior estabilidade social, além disso encontrar meios para melhorar o funcionamento desses conselhos, que não podem ficar apenas na teoria, pois precisam ter instrumentalização. Quase sempre não há apoio à comunidade, somente propostas para que ela organize o Conselho de Segurança Comunitária. É preciso que haja o mínimo de apoio, de investimento para estruturar isso em cada região distante dos grandes centros. Hoje, os bolsões de miséria confundem-se com verdadeiros quartéis gerais do tráfico, criando condição de maior sofrimento para quem já é pobre. Normalmente, quem vive na periferia não é bandido, mas trabalhador, pessoas humildes, mais pobres, que passam a ser presa fácil dos que querem tornar a área domínio próprio da bandidagem.

Portanto, entendemos que é hora de a sociedade reagir, apoiando não apenas iniciativas para armar a polícia, mas também para dar condições à sociedade de se organizar melhor.

Sr. Presidente, comunico que terei de me ausentar amanhã das reuniões ordinárias desta Casa, pois me preocupo também em resolver as questões da educação. Fui convidado pelo Deputado Federal Francisco Gonçalves, eleito também por Divinópolis e região, para ir a uma audiência em Brasília com o Ministro da Educação. Trataremos da questão do CEFET de Divinópolis, unidade de ensino técnico federal, que formou centenas de jovens, colocando-os no mercado de trabalho. No momento, a unidade vive situação de angústia, sob risco de ser despejada. Foi inaugurada em 1994, quando era Vereador por Divinópolis, onde trabalhei pela doação do terreno para a construção da sede. Logo após, como Prefeito, viabilizei convênio que possibilitou o seu pleno funcionamento. Até hoje essa unidade, com mais de 800 alunos de nível médio, profissionalizante, encontra-se desamparada pelo Governo Federal. Houve um convênio, celebrado e publicado ano passado, que foi cancelado. Portanto, é um trabalho que conta também com o apoio da Bancada do PT, da Deputada Estadual Maria Tereza Lara, de outros Deputados Federais, como os Deputados Jaiminho Martins e Francisco Gonçalves, de Divinópolis. Além desses, também a Deputada Maria do Carmo, que esteve conosco há 15 dias em Brasília, lutando para que o Governo Federal disponibilize recurso para a construção da sede do CEFET.

Logo, estaremos lá amanhã, lutando para que Minas Gerais não fique prejudicada mais uma vez. E para que Divinópolis e o Centro-Oeste mineiro tenham a unidade do CEFET construída, proporcionando a toda a região os frutos de escola pública com qualidade.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte) - Deputado Domingos Sávio, gostaria de parabenizá-lo não só pelo histórico de trabalho que tem como Prefeito, Vereador e Deputado, mas também pelo envolvimento com os adolescentes e com a comunidade escolar. Quero também chamar a atenção para a importância desse projeto do Governador na comunidade escolar, levando às escolas a mais bela das artes da medicina, que é a prevenção, uma das grandes armas que podemos ter e que está muito associada à educação. Hoje nossa preocupação com a educação, com as crianças e adolescentes é enorme. A maior preocupação dos sanitaristas do mundo em relação à AIDS é com os jovens adolescentes. Hoje, as meninas de 13 a 19 anos são o grande alvo da AIDS, e por isso precisamos trabalhar com essas adolescentes. Somos parceiros nesse trabalho. Nos dias 20 e 21 faremos um trabalho, nesta Assembléia, com a ASPROM, com as crianças e adolescentes que são nossos colegas de trabalho. Será um trabalho de prevenção, principalmente quanto às questões da droga, da sexualidade e da AIDS. Parabéns pelo seu trabalho e conte conosco. Um abraço.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Quero cumprimentá-lo, Deputado Domingos Sávio, e confirmar que estaremos com V. Exa. amanhã em Brasília. Gostaria de deixar registrado que o CEFET é um grande espaço educativo, contrário à violência nas escolas, de construção da juventude que será responsável pelo futuro do nosso País.

Quero deixar registrado também que o Governo Federal vai promover a mudança de FUNDEF para FUNDEB, viabilizando recursos para crianças de 4 a 6 anos e para o ensino médio, ajudando a sociedade brasileira a construir um mundo fraterno, justo e feliz de se viver, sem a violência que estamos vendo. Muito obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Agradeço à Deputada e também ao Presidente pela tolerância. Muito obrigado.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores das galerias, em especial os companheiros e companheiras do PCR, estudantes da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas - AMES -, caros telespectadores da TV Assembléia, venho hoje a esta tribuna para fazer um registro histórico. Ontem, na cidade de São Paulo, iniciaram-se as homenagens pelos 30 anos de morte do militante do Partido Comunista Revolucionário - PCR - Manoel Lisboa de Moura, torturado e morto nos porões da ditadura militar. Esse ato foi marcado pela entrega, pelo Governo Municipal de São Paulo, dos restos mortais de Manoel Lisboa à sua família. As homenagens prosseguiram na cidade do Recife e no final do dia seus restos mortais seguiram para a sua terra natal, o Estado de Alagoas. O PCR presta, nesta semana, várias homenagens a esse bravo companheiro.

Esta Casa não poderia ficar ausente desse momento histórico. O ano é 1973, mês de setembro. Naquela época, censurava-se muito no País. Prendia-se, torturava-se. E aqueles que eram mortos constavam como desaparecidos ou então eram tidos como "mortos em tiroteio". Seus corpos eram jogados em valas comuns, sem que suas famílias pudessem, ao menos, enterrar seus mortos. Assim foi com Manoel Lisboa de Moura. Assassinado por agentes do DOI-CODI em São Paulo, após 18 dias de bárbaras torturas.

Manoel Lisboa de Moura era um jovem sonhador, idealista, cheio de esperanças. Queria um mundo e uma vida melhor não só para si, mas para todos os operários, camponeses, jovens, mulheres e crianças deste País. Queria a liberdade de expressão, de organização e também de reivindicação. Acreditava no Brasil e em seu povo. Acreditava na democracia e no socialismo. E, por isso, foi preso, torturado e assassinado. Pois liberdade, justiça social e ideais eram proibidos naquela época de ditadura militar. Manoel Lisboa morreu com 29 anos.

Engajou-se na luta e militância política por volta de 1960. Tinha então 16 anos. Um adolescente apenas. Ingressou, primeiramente, no Partido Comunista Brasileiro. Em 1962, por divergir das diretrizes do PCB, foi para o Partido Comunista do Brasil - PC do B. Em dezembro de 1966, deixou o PC do B, e junto com outros jovens militantes, como Ricardo Zaratini Filho, fundou o Partido Comunista Revolucionário - PCR.

Manoel Lisboa era alagoano, e foi por não concordar com o que via no Nordeste - fome, seca, desnutrição infantil, desemprego - que começou sua militância. Em 1965, quando tinha 21 anos e estudava Medicina, foi preso, maltratado e ameaçado de morte. Em 1966, nova prisão, maus tratos e ameaças, pois assim era a vida daqueles que acreditavam em igualdade social. Diante de tantas perseguições, no mesmo ano de 1966, Manoel Lisboa foi para a clandestinidade, aliás como muitos jovens e militantes políticos daquela época. Isso porque, nos anos de chumbo, quem pensava, quem discordava, quem enfrentava a opressão e a exploração não tinha sossego, não tinha escolha. Ou se tornava clandestino, ou era preso.

Em agosto de 1973, quando de sua última prisão, Manoel Lisboa foi torturado até a morte, porque "teimava" em não dar as informações que a repressão e a ditadura queriam. Ele sabia que se falasse, outros teriam o mesmo destino. E não falou. Era corajoso. Acreditava que era melhor morrer que trair seus ideais e companheiros de caminhada. Manoel Lisboa não traiu e por isso morreu.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, no transcurso dos 30 anos da morte de Manoel Lisboa, esta Casa não poderia deixar de prestar-lhe uma homenagem. E creio, humildemente, que a melhor homenagem a ser feita ao companheiro Manoel Lisboa e a todos os que lutaram pela liberdade e por dias melhores neste País é o nosso compromisso com as causas populares, com a justiça e com a verdade.

Caro companheiro Manoel Lisboa, onde quer que esteja, saiba que muitos continuam sua luta. Estamos presentes, preservando a memória de todos os que tombaram durante a ditadura militar. Estamos presentes, preservando seus ideais. Estamos presentes na certeza de que o respeito aos direitos e à justiça social ainda será a grande marca desta nação. Muito obrigada.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Não poderia deixar passar a sua fala sem esse aparte, exatamente pela sua manifestação de solidariedade a esse fato. Também sou de origem alagoana, conheço a história de Manoel Lisboa, e já são mais anos da sua morte do que quantos em vida teve. Sei dessa história, que é real, da sua luta constante, da perseverança na fidelidade aos seus ideais, o que lhe custou a vida, retirada brusca e covardemente. Era realmente um jovem idealista, que começou cedo na militância política, porque sonhava. E sonhar é importante para todos nós. Se não sonharmos, não conseguiremos nada realizar. Infelizmente, interrompeu-se a concretização dos seus sonhos. E o que queria? Um País justo, com liberdade, que fosse bom para os brasileiros. Não era egoísta, mas pagou com a vida essa maneira de sonhar por um País digno, por um povo livre das mordidas da ditadura.

Solidarizo-me com a manifestação de V. Exa., independentemente da questão partidária, mas muito mais pelo idealismo e grande exemplo que nos deu esse jovem. Apesar de ter transcorrido a sua vida política, de luta, em três partidos, tinha um só ideal: um Brasil mais justo e digno para os brasileiros. Parabenido-a, porque sentimos que V. Exa. falou com o coração. A isso somamos as nossas homenagens a esse jovem alagoano, muito mais brasileiro.

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Cara Deputada Cecília Ferramenta, cumprimento V. Exa. pela coragem, ousadia e coerência de trazer a esta Casa a lembrança de uma figura que não tem local de nascimento, porque nasceu no berço de um mundo livre. V. Exa. traz aqui a memória da trajetória de um homem que deixou o melhor que tinha no aconchego da sua família e ousou partir por este País afora, buscando transformações. Esta data é muito significativa, porque V. Exa. é de uma terra, a qual vem representando - Ipatinga -, onde, há 40 anos, aconteceu o massacre de seus operários. A luta do Manoel é também a luta dessa classe operária, cujo valor é desconhecido, que é "usada" nas suas condições de trabalho, explorada e desvalorizada, e ainda assim continua insistindo em produzir a riqueza do mundo. Logo, o mundo precisa dela.

Podemos viver com a falta de qualquer coisa, menos com a falta dos que trabalham.

Por isso, neste momento de impasses, em que a paz está ameaçada e a exorbitância do capital se faz, através dos mísseis inteligentes que destroem a humanidade, V. Exa. rememora a lembrança de um homem que acreditou na liberdade, a lembrança de um homem que deu a sua vida pela causa da liberdade. Fazendo isso, V. Exa. traz a nossos corações e a cada um de nós a consciência de que lutar por um Brasil melhor, pela liberdade e, sobretudo, pela libertação dos que trabalham e produzem essa riqueza é e deve ser o objetivo de todos os que querem o progresso.

Compartilhando com V. Exa. a homenagem que fazemos, quero cumprimentá-la e, sobretudo, à classe operária de sua terra, que dá seu sangue, há 40 anos, para que possamos mudar o mundo e este País.

A Deputada Cecília Ferramenta* - Agradeço ao Presidente da Casa, aos Deputados e às Deputadas, aos companheiros do PCR e à Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande BH. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, essa mensagem do Governador submeteu à Casa o nome do Sr. Mauro Guimarães Werkema para a Presidência da Fundação Clóvis Salgado. A comissão que analisou a indicação, evidentemente, proferiu conclusão favorável. Hoje, a Deputada Jô Moraes apresentou os motivos pelos quais tanto o PT quanto o PC do B, partido da Deputada, votarão

favoravelmente à indicação do Dr. Mauro Werkema. Consideramos, sem sombra de dúvida, uma indicação mais do que justa. O Governador Aécio Neves escolheu um nome que, à frente da Fundação Clóvis Salgado, dará prosseguimento a um processo positivo. Apenas realço os motivos já expostos pela Deputada Jô Moraes. Votaremos favoravelmente.

Sabemos que não há quórum necessário para a votação. Precisariamos ter, em Plenário, 39 Deputados. Não gostaríamos que o Sr. Mauro Werkema tivesse votação baixa, por merecer uma aprovação favorável, se possível, dos 77 Deputados.

Nós, do PT-PC do B, tomamos conhecimento, por intermédio da imprensa, da intenção do Governador do Estado de remeter a esta Casa projeto ou projetos de lei visando a modificar a estrutura salarial e organizacional dos funcionários públicos do Estado de Minas Gerais. Não se sabe o conteúdo, mas há especulações quanto a cortes de direitos dos funcionários. Essas especulações vêm por meio da imprensa, e os Secretários começam a detalhar quais seriam as modificações. Nossa intenção é não deixar isso passar como se nada estivesse ocorrendo. Até agora, não nos foi comunicado o teor dessas mudanças.

Por outro lado, há muito exigimos do Governador a remessa a esta Casa de propostas de plano de carreira dos funcionários públicos. É importante discutir questões polêmicas como o apostilamento, as férias-prêmio, os biênios, entre outras questões, que são direitos dos funcionários, mas essa discussão tem de ser feita junto com a avaliação de desempenho, a progressão na carreira, o piso salarial, em outras palavras, com um plano de carreira, em que o funcionário terá sua vida predeterminada por uma legislação, ou seja, seu plano de cargos e salários.

Essa discussão não é realizada, o que evidentemente não nos coloca na obrigação de discutirmos os cortes que querem fazer, sem discutir a totalidade da vida do servidor público.

Ontem, em reunião do Bloco PT-PC do B, definimos um posicionamento que me parece o mais correto. Não nos negamos a discutir com o Governador Aécio Neves suas pretensões de mudança, até porque é o Governador do Estado e tem todo o direito de propor mudanças. Mas nós, na condição de Oposição, queremos discutir, enxergar o conteúdo, apresentando nossos pressupostos, que são os planos de carreira dos servidores, que precisam ser discutidos em conjunto com as modificações que o Governador quer fazer.

Não admitiremos que essa discussão seja feita em separado da discussão do plano de carreira, principalmente o da área de educação. Os professores iniciam a carreira com um determinado salário e terminam com quase o mesmo salário. Pouco ganho existe, depois de 25 anos, se mulher, e de 30 anos, se homem, na carreira do magistério. Houve um achatamento, e não foi construído um piso salarial, e sim uma política de remuneração compensatória, que não permite a existência da carreira.

Com isso, a injustiça é muito grande. O professor, no início ou final de carreira, ganha praticamente o mesmo salário. Não há que se falar em fim de quinquênio, de férias-prêmio, de apostilamento, sem se falar na construção da carreira.

Chamo a atenção para um outro assunto. Apresentamos requerimento, que, novamente, hoje, não entrou em votação. Requerimento esse assinado por todos os Deputados e Deputadas do PT-PC do B, solicitando a vinda da Secretária da Educação e do Secretário de Governo para discutir, além do plano de carreira, a questão do concurso público que foi anulado.

O quadro de insegurança nas escolas é absurdo. Os professores não sabem se são professores ou até quando serão. Se são efetivos ou não. Se receberão ou não. Não conhecem sua situação, porque o concurso foi anulado. E não sentimos firmeza por parte do Governo do Estado de que a defesa do concurso será feita. São mais de 30 mil professores que já estão trabalhando como efetivos, correndo risco de não mais poder trabalhar, porque o Juiz da 4ª Vara, se não me engano, da Primeira Instância, anulou o concurso. Quem deve fazer a defesa do concurso é o Governo, e não sabemos, até hoje, sua posição. Fará ou não a defesa do concurso?

Requerimento semelhante apresentei, há dois meses, na Comissão de Educação, que foi aprovado, e não foi marcada a vinda da Secretária. Estamos dispostos a não permitir que as reuniões desta Casa tenham continuidade enquanto não for marcada a vinda da Secretária para explicitar o desejo do Governo em relação ao concurso público; se vai ou não haver defesa por parte do Governo. O que acontecerá a esses mais de 30 mil professores que passaram no concurso, foram chamados, estão dando aulas e não sabem em que situação ficarão?

A nossa solicitação ao Líder de Governo para que seja marcada a vinda da Secretária não é, creio eu, um desejo apenas dos Deputados do PT, do PC do B, da Oposição, mas também de todos os Deputados da base do Governo, do PSB, do PSDB, do PDT. Todos os Deputados do PFL devem estar sendo cobrados, em suas bases, pelos professores, sobre o que acontecerá com eles que passaram no concurso. E, até agora, nenhuma resposta do Governo.

O caso me parece grave. Não pode ser simplesmente deixado de lado, como se o Governo não tivesse nada a ver com a decisão da justiça. A decisão da justiça vai determinar o que acontecerá na escola. Os professores continuam dando aula ou não? Estão demitidos ou não? Que processos de contrato têm? Para nada disso existe definição com base nessa decisão judicial. Os professores não sabem o que acontecerá. A angústia dos professores é também nossa. Que atitude o Governo tomará? Desejamos que esta reunião não continue com essa diferença da base de Governo, que anuncia mais cortes.

O Deputado Miguel Martini - Argüimos ontem o Sr. Mauro Guimarães Werkema e somos favoráveis à sua indicação.

Quero fazer a leitura do jornal "Andradas Hoje Regional". Traz assunto da maior gravidade. A excelente matéria foi feita pela Sra. Rosângela Ferrari Granato, Editora. Diz respeito à Juíza daquela cidade. (- Lê:)

"Mãe desesperada diz ter sido maltratada e humilhada pela Juíza e pede ajuda. O que não esperava é que ela fosse me ofender na frente do meu advogado, do pai do meu filho, do advogado dele e do Promotor Público.

Na manhã de quarta-feira, 30 de abril, por volta das 10 horas, a direção do jornal "Andradas Hoje Regional" foi procurada por D. Aparecida Maria Pádua, que solicitou do jornal que seu problema fosse ouvido e divulgado. Caso isso não ocorresse, outra saída não via senão tirar a própria vida. Como o jornal "Andradas Hoje Regional" trabalha com o povo e para o povo, atendeu àquela senhora, impondo-lhe apenas uma condição: tudo que fosse dito também fosse gravado. Caso contrário, a denúncia não poderia ser publicada. Foi perguntado à Sra. Aparecida Maria Pádua se havia procurado a Promotoria Pública. Respondeu que sim. O seu estado de desespero era visível.

A seguir, a denúncia feita por Aparecida Maria Pádua.

"No dia 21/6/2001, eu e meu companheiro comparecemos a uma audiência no fórum, perante a Juíza, para pedir o exame de DNA. O que não esperava é que fosse me ofender na frente do meu advogado, do pai do meu filho, do advogado dele e do Promotor Público, que, na época, era o Dr. Níveo. Fui tratada como um cachorro, colocou-me no chão. Disse que eu era prostituta, vagabunda, que era a errada na história e outras

coisas mais. Passei por toda essa humilhação na frente do pai do meu filho, que, depois, me disse: 'Viu, a própria Juíza disse que você é prostituta e vagabunda'. Saí da sala de audiência tão tonta, que não sabia o que fazer. Em seguida, encontrei uma pessoa que me disse: 'Nossa, o que aconteceu com você?'. Disse: 'fui tão ofendida e humilhada pela Juíza, que não sirvo nem como pano de chão'. Dali, fui para casa. Deitei para acalmar-me um pouco, mas não consegui ficar deitada, pois passei mal. Fui procurar o médico, que constatou que estava tendo um infarto do lado esquerdo. Pode ver que tenho o meu lado esquerdo inchado até hoje. O meu maior desespero é que a audiência já mudou quatro vezes. O meu filho é menor. Sou pobre e trabalho. Ele tem problemas no fígado, pâncreas e rins. Não tenho ajuda.

Procurei novamente pela Juíza, que levou mais oito meses para marcar novo exame. Dali a oito meses, o pai do meu filho não compareceu. Mesmo assim, o laboratório do Hércules tirou o meu sangue e também o do meu filho. Cobrou R\$50,00, mas ele não voltou lá para pagar, nem para dar satisfações e muito menos para fazer o exame. Um caso como o meu levar dois, três anos para ser resolvido, é porque não existe boa-vontade para trabalhar. A audiência foi marcada quatro vezes. A última foi no dia 22 de abril. Fui atendida por outro Juiz, que estava no fórum. Aliás, cada vez que vou lá ela não está. Em uma hora está de licença, outra, simplesmente não está".

Vejam que absurdo: uma Juíza, que deveria estar a serviço da sociedade, fazendo justiça aos menos favorecidos, está agindo dessa forma. Agora, farei a leitura do editorial da jornalista responsável Rosângela Ferrari Granato. Pasmem os senhores e senhoras. São palavras da Juíza, que foram gravadas. (- Lê:)

"Eu gosto de ter o meu rabo solto na minha vida profissional e na minha vida particular, que abano para quem quiser, na hora em que quiser. Não tenho de tirar o chapéu para ninguém, não é uma questão de orgulho, mas uma questão de idoneidade moral."

Essas palavras foram ditas pela Dra. Milce Terezinha Mendonça Mansur, Juíza de Direito da Comarca de Andradadas. Uma Juíza diz essas palavras em público - a jornalista tem a gravação -, tendo ainda coragem de chamar uma pessoa humilde, que foi buscar seus direitos, de vagabunda e prostituta.

As palavras acima foram ditas pela Dra. Milce, Juíza de Direito da Comarca de Andradadas, em reunião nas dependências do Fórum, um dia após a rebelião de presos na cadeia local. Vale lembrar que, nesta reunião, estavam presentes os Prefeitos Wilkye Veronese - de Andradadas - e Donizeu Bergamim, os Vereadores Paulo e Benedito, o editor do jornal "Folha Andradense" - Francisco Zétula -, a advogada Zilpa, o Tenente da Polícia Militar Luiz Otávio Vieira, o Presidente da Câmara Municipal, os Delegados da Polícia Civil Drs. Renato e Sérgio, o Presidente da OAB - Dr. Lázaro Noronha -, além do Juiz que acabara de chegar à cidade - Dr. João Ecyr Mota Ferreira. A reunião, como é norma desse jornal, foi gravada, na íntegra. Se alguns dos presentes disser que não se lembra, por favor, fiquem à vontade para ouvir a fita! (- Lê:)

"Peço licença aos leitores para falar, esta semana, na primeira pessoa, pois a experiência e a decepção de ouvir a frase acima foi vivida também por mim, pois fui convidada a participar da reunião pelo Presidente da OAB, Dr. Lázaro Noronha. Estou na cidade há seis anos. Há aproximadamente quatro, recebo denúncias de maus tratos por parte da Juíza em audiências no Fórum. Desculpem-me, mas não dá mais para ficar calada, pois, se assim o fizer, estarei sendo co-autora dos atos praticados por ela. Eu, Rosângela Ferrari Granato, não tenho nada pessoal contra a Juíza. Muito pelo contrário, admiro-a, por se tratar de mulher ocupando cargo tão nobre. Ela nunca me fez nada, mas não posso mais me calar diante de tantas denúncias. E o que é pior: de pessoas humildes! A seguir, a lei na qual obtive informações para redigir este editorial:

"Lei Complementar nº 35, de 14/3/79. Dispõe sobre as Leis Orgânicas da Magistratura Nacional.

Capítulo 35 - São deveres do magistrado:

Inciso IV - Tratar com urbanidade as partes, os membros do Ministério Público, os advogados, as testemunhas, os funcionários e auxiliares da Justiça e atender aos que procuram, a qualquer tempo, quando se trata de providência que reclame e possibilite solução de urgência".

Urbanidade significa qualidade do que é urbano, civilidade, cortesia, afabilidade.

Não fui eu quem redigiu o que está escrito acima. É lei! Lamentavelmente, em Andradadas, as reclamações envolvendo a Juíza no trato com as pessoas têm passado da conta.

Analise, amigos leitores! Se na frente de importantes autoridades, como as que estavam presentes na reunião, a Juíza disse aquela frase, imaginem o que os mais humildes não escutam! Onde está a liberdade de ir e vir dos andradenses? Onde está o respeito ao próximo? Quantas pessoas eu impedi de publicar denúncias neste jornal, para que elas não sofressem perseguição! Hoje, arrependo-me amargamente, pois nossa cidade só voltará a ter paz quando o respeito ao cidadão andradense vier lá de cima.

Honestamente, cansei! Não me calarei mais diante das injustiças cometidas contra este povo trabalhador, honesto e, acima de tudo, cristão! Juíza, esta cidade a recebeu tão bem! Seu povo merece respeito, merece ser atendido e ter suas audiências feitas com dignidade! Como a senhora acha que me senti esta semana quando uma mãe entrou chorando na redação do jornal, dizendo que, se não a ajudássemos, iria tirar a própria vida? Juíza, por várias vezes, tentei marcar uma reunião com a senhora para levar esses problemas e evitar suas publicações. Mas não fui atendida.

Veze outras a senhora estava em audiência e não podia me atender. Entendo e respeito, mas deixei recados com o Sr. Renato, inclusive adiantando o assunto, mas infelizmente nem resposta como 'ela não vai te atender' ou 'ela não pode atender' eu obtive.

Amigo leitor, se com esse jornal o tratamento tem sido de choque, imagine com os mais humildes. Como fica o meu compromisso de trabalhar com ética e transparência na cidade, e não olhar para o problema dessa senhora que procurou o jornal como seu último recurso? Digo a ela para contratar um advogado porque é pobre e não pode me oferecer nada? Não. Jamais terei essa postura diante de pessoas que me procuram. Toda profissão e todo ser humano, Juíza, são dignos de respeito. Esse jornal sempre acolheu a todos que o procuraram sem distinção de raça, religião ou qualquer outra.

Pasmem, amigos leitores, já cheguei a escutar: 'Larga de ser boba, não compre a briga de ninguém, só se te pagarem muito dinheiro para isso'. Ora, será que essas pessoas não sabem que estamos neste mundo de passagem? Será que elas ainda não se deram conta de que no caixão não há gavetas e no céu não existem bancos? Será que essas pessoas não conhecem a lei da ação e reação?

Desculpem o tom do editorial desta semana, amigos leitores, mas com vocês, que têm sido fiéis, que têm me ajudado a caminhar nesta árdua tarefa de estar à frente de um jornal em uma cidade cujas autoridades não se entendem e onde quem sofre as consequências somos nós, a população, eu tenho liberdade de conversar. A denúncia publicada na página 5 foi feita por uma cidadã comum, empregada doméstica, que tem, para este jornal, o mesmo valor e atenção das publicações feitas pelo Promotor Níveo Leandro Previato. No jornal 'Andradadas Hoje Regional', o rico e o pobre têm o mesmo peso e a mesma medida.

Empresários de Andradas, será que não está na hora de vocês tomarem alguma atitude? Ou será que vocês preferem que o jornal vá embora e as coisas continuem do jeito que estão? Sim, porque, até agora, somente o jornal 'Andradas Hoje Regional' tem tomado as dores dos cidadãos andradenses. Não poderia ser outra a minha atitude, pois este povo trabalhador e honesto acolheu-me e tem me tratado como se fosse filha desta cidade.

Depois de ler este editorial, você quiser se deixar levar por pressões, prática comum em Andradas por algumas pessoas, e cancelar sua assinatura, não terei dúvidas: você não é andradense e não quer que a situação em Andradas mude.

Algumas pessoas devem estar se perguntando: 'Nossa! Se a Juíza faz com as pessoas o que muitos dizem, será que essa moça não tem medo de escrever essas coisas?'. Não. Não tenho, caro leitor. Tenho medo da mão de Deus pesar sobre minha vida caso eu esteja prejudicando ou fazendo alguém sofrer. De Deus, sim, eu tenho medo. Mas pela pessoa da Juíza tenho respeito. Boa leitura, fique com Deus, e até a próxima semana, se Ele assim o permitir".

A Deputada Jô Moraes (em aparte) - Sem dúvida, estou absolutamente impactada. Cumprimento V. Exa. por trazer essa denúncia e solicito que transmita à jornalista autora desse editorial a nossa completa solidariedade a ela, por suas palavras. Deputado, continuaremos a discussão porque essa situação não pode ficar impune. Não é possível que uma servidora pública, que ganha dinheiro da D. Aparecida para cumprir o seu dever, cometa tamanho crime, cause tamanha indignação ao tratar mal uma mulher que tem como único crime o fato de ser pobre.

Duvido que a Dra. Milce Terezinha tivesse a coragem de afrontar alguma mulher poderosa da cidade, que fosse procurá-la para um apoio. A D. Aparecida, nas circunstâncias de pobreza em que se encontra e como mãe desamparada, com um filho necessitando de proteção e apoio do Estado, abandonado por quem deveria reconhecer sua paternidade, foi em busca do Estado, e escutou essa iniquidade da Juíza.

Proponho que, por meio de V. Exa., façamos contato com D. Aparecida, com a jornalista e as mulheres de bem desta cidade, para que os movimentos de mulheres e a nossa bancada possam se solidarizar. Mais do que isso, proponho dirigir-nos à OAB para questionar a não-possibilidade de atingir quem comete crime de lesa-humanidade ao afrontar a Lei Orgânica da Magistratura e ao desrespeitar pessoa, com essa simplicidade.

Por isso, estamos indignados. Não é possível que o Poder Judiciário seja conspurcado por pessoas que não possuem a menor dignidade em cumprir função pública. Há o testemunho de inúmeras figuras públicas que escutaram o desatino da Dra. Milce Terezinha.

Em nome da causa das mulheres, sobretudo das que têm a maternidade como desafio, pois a sociedade não lhes protege, não lhes dá creche, apoio, nenhum acompanhamento nem condições de enfrentar isso sozinha.

Registro minha solidariedade e cumprimento V. Exa. por trazer essa denúncia. Vamos dar continuidade, porque a D. Aparecida não está sozinha. Dra. Milce Terezinha, a D. Aparecida tem ao seu lado homens e mulheres que estão aqui para defender os direitos das mulheres, principalmente daquelas que não são amparadas pela sociedade e que são afrontadas por pessoas que se imaginam poderosas para rasgar as leis deste País, leis que são legítimas e que exigem o mínimo de respeito. Vamos continuar nesta luta, porque essa iniquidade não pode ficar em vão.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputada Jô Moraes. Ao fazermos esse pronunciamento, iniciamos um processo, uma batalha, para que se faça justiça a essa senhora.

Espero que essa Juíza aprenda que é servidora pública e não deusa; que não tem o direito de pisar na honra de pessoa humilde nem na honra de ninguém.

Lamento que o Promotor e o advogado, ao presenciarem a situação, tenham se calado. Já telefonei para a jornalista Rosângela e disse-lhe que ela não está só e que não tenha medo de perseguição. Vento que venta lá venta cá. Não estamos preocupados se alguém punirá ou fará covardia. É o Poder Legislativo tomando posição com relação a esse absurdo.

Primeiro, a senhora deveria ter postura de Juíza, até mesmo nas palavras. Saber o seu lugar de servidora, paga pelo povo para servi-lo, de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura. Cumprir o que sua corporação determina. Encaminharemos o fato ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Corregedor e, provavelmente, faremos audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Chamaremos a senhora e a jornalista. A Juíza também virá, para ter a chance de se defender, porque essa matéria foi gravada, registrada.

Lamentamos que ainda nesse País, estado de direito, em que a esquerda democraticamente conquistou o Poder e no qual o povo começa a acreditar, tenhamos essa situação.

É a primeira denúncia que se deu dessa forma. Ouve-se que a Juíza manda e desmanda, faz e desfaz, humilha, agride e ofende. Há uma senhora que, apesar de humilde, tem coragem. Se todos tivessem feito o mesmo, essa situação não teria acontecido.

Manifesto minha solidariedade à Sra. Maria Aparecida Pádua e à jornalista Rosângela, que, com muita coragem, fez a denúncia. Isso não ficará assim. O Tribunal de Justiça não se calará. Presidido por um dos melhores Presidentes, Gudesteu Biber Sampaio inovou e renovou o TJ. Quando tiver acesso à denúncia, as providências internas terão sido tomadas.

Não podíamos nos calar diante de tal barbárie. D. Aparecida podia ter morrido de um ataque cardíaco devido a essa humilhação. Disse que não serve nem para pano de chão. Aparecida merece estar num pedestal, pois tem dignidade. Que bom se todos a tivessem! Muito obrigado.

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 8/5/2003

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes, telespectadores da TV Assembléia, abordarei dois assuntos importantíssimos. São duas reivindicações antigas, sobre as quais esta Casa deve manifestar-se.

Uma diz respeito ao desenvolvimento das regiões carentes do nosso Estado, ou seja, o Norte de Minas e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri. A outra está relacionada com a situação dos instrumentadores cirúrgicos, categoria que busca, há muitos anos, a regulamentação da profissão. Ontem, 7 de maio, foi o dia nacional dessa classe.

O momento para discutir as metas para o desenvolvimento das regiões carentes de nosso Estado não poderia ser mais oportuno. Sabemos que temos enfrentado grandes crises nas áreas da segurança, das finanças, da saúde, do meio ambiente, como nos mostra o que ocorreu na indústria Cataguases. Ainda não podemos avaliar o estrago provocado no meio ambiente. Sabemos que os prejuízos e os danos ao meio ambiente são irreparáveis.

Temos consciência da crise internacional que está havendo. O Brasil vem sendo fortemente afetado pelas turbulências dos mercados, pela elevação das taxas de juros, que prostrou a economia, produzindo índices de desemprego até hoje nunca vistos em todos os Estados da Federação e, conseqüentemente, em Minas Gerais.

Vivenciamos um momento de incertezas, porém o motivo da minha fala não é tratar de assuntos internacionais na sua essência, porque desejamos inverter a situação do Estado, das regiões mais necessitadas, especialmente o Norte e as regiões dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Neste momento de reflexão, de expectativa pelo Programa Fome Zero, que está sendo discutido e avaliado em todo o País, destaco que 165 cidades mineiras do Norte e dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do rio Doce estão sendo priorizadas e serão atendidas por esse programa.

Essas cidades possuem um dos mais baixos IDHs; daí, nossa preocupação com a efetivação do Programa Fome Zero. Sabemos dos esforços do Governo Federal, mas é preciso que haja urgência, já que 165 cidades carentes de nosso Estado serão atendidas.

O vale do Jequitinhonha sempre foi conhecido como o vale da miséria, da pobreza e da tristeza. Todas as vezes que lá estive, pude comprovar, "in loco", que a situação é realmente diferente daquela externada para o Brasil e para o mundo, de que se trata de região onde não existe esperança, onde as pessoas estão fadadas a viver eternamente uma subvida.

Fiquei feliz com o Governador Aécio Neves porque uma das primeiras medidas tomadas foi a criação de uma secretaria extraordinária para priorizar o desenvolvimento dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, assim como o Norte. É uma iniciativa importante que visa a implementar ações de combate à fome e projetos de crescimento econômico para a região. Somente assim mudaremos essa triste realidade e a imagem negativa dessa região. Isso também gerará emprego e renda para a população local.

Reunindo 26 Prefeitos da Associação da Microrregião do Vale do Mucuri, o Governador trouxe-nos esperança e mostrou-nos que, com a união de esforços do Governo Federal, do Governo Estadual, da Assembléia Legislativa e do Congresso Nacional, as reformas necessárias se concretizarão. Dessa forma, podemos vislumbrar recursos a serem aplicados em áreas prioritárias. Não devemos ficar apenas no discurso. É preciso que haja ações efetivas.

Aécio Neves vem cumprindo uma de suas metas, que é a articulação de ações com o Governo Federal, o que nos alegra. Lamentavelmente, nos últimos quatro anos, fomos vítimas da falta de diálogo e de articulação política entre as esferas governamentais. Não queremos que isso se repita. Nosso Governador demonstra que não permitirá que o Estado viva em situação de separação e ausência de sintonia com a União. Vimos que, na prática, essa interlocução vem ocorrendo, até mesmo com organismos internacionais de fomento, proporcionando a implementação de projetos fundamentais ao crescimento econômico de Minas.

O Governador tem dito que, se chegar ao final do seu mandato e conseguir que as populações dessas regiões carentes sintam que houve administração voltada para eles, se sentirá recompensado. Em tese, observamos que há sintonia de idéias quanto ao combate à pobreza, à fome e ao desemprego.

Sabemos que todas as regiões de Minas sofrem com a carência de oportunidades, mas, nas regiões mais pobres, esse índice acentua-se, o que faz com que, em muitas famílias, alguns de seus membros se sintam obrigados a abandonar sua região e buscar, até em outros Estados, condições para sobreviver e voltar, levando algo para suas famílias.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Cumprimento-o por sua fala, colaborando com uma informação. Ontem estive em Brasília com o Ministro do Fome Zero e os Presidentes nacional e metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo, que disseram que o vale do Jequitinhonha é uma das preocupações do Projeto Fome Zero, e já estão sendo tomadas medidas para que as cidades do vale sejam atendidas. O Ministro falou da importância e da seriedade desse programa. Há uma lista, mas precisa ser checada, pois, ainda que o Ministro atenda 99,9% dos necessitados, se uma pessoa que esteja fora do programa receber esse cartão, o Governo Federal será questionado. Gostei muito da exposição. O programa é sério. O Governo quer atingir as famílias realmente necessitadas. Nossa solicitação da participação da Sociedade São Vicente de Paulo, que faz esse trabalho há mais de 130 anos, foi bem acolhida pelo ministro, que deseja essa parceria. A Sociedade São Vicente de Paulo faz sindicância semanal em todas as casas, inclusive no vale do Jequitinhonha, onde há os conselhos metropolitanos. O programa irá abranger de Diamantina a Teófilo Otôni, Governador Valadares, do vale do Jequitinhonha até a Bahia, ou seja, o "vale da miséria". Parabêniz V. Exa. por sua preocupação com aqueles que sofrem com a fome e a miséria em nosso País.

O Deputado Pastor George* - Obrigado pelo aparte que enriqueceu muito nosso raciocínio. O vale do Jequitinhonha conta com uma área de 85.000km², compreendendo 85 municípios da região Nordeste e concentrando mais de 1 milhão de habitantes, equivalente a 8% da população do Estado. O vale do Jequitinhonha não é um vale de pobreza; pelo contrário, tem grande potencial econômico. E envio um apelo aos empresários e às entidades que lidam diretamente com as indústrias.

Apelo para que haja mais atenção com o vale do Jequitinhonha, a exemplo da FIEMG, INDI, EMATER e BDMG.

No Jequitinhonha existe região rica em minerais, com reservas expressivas de diamantes, que o colocam como uma das principais reservas de berilo, sianita, quartzo, lítio, colômbita, tântalo e outras. Ou seja, não é o vale da desesperança e da tristeza como querem rotulá-lo. Digo isso porque tenho ido sempre ao vale do Jequitinhonha. Mando abraços para o povo de Medina e demais cidades. Não dá para enumerá-las, porque o tempo é curto.

Sr. Presidente, ontem foi o Dia Nacional do Instrumentador Cirúrgico, instituído pela Lei nº 1.421, de 28/10/97. Ressalto o trabalho do sindicato nacional da categoria e defendo a regulamentação da profissão. Em Minas Gerais temos mais de 4.000 alunos, formados pelo Centro de Ensino de Instrumentadores Cirúrgicos, com apoio da UTRAMIG e do SENAC.

Tivemos, há pouco tempo, audiência para debater a questão. Já que a regulamentação é federal, apelo aos nossos 53 Deputados Federais para que se empenhem na aprovação do projeto que regulamenta a profissão dos instrumentadores cirúrgicos, para contemplarmos categoria séria, que lida todos os dias com a vida. Não podemos nos omitir, apesar de estarmos limitados como Deputados Estaduais. Temos de contribuir para discussão ampla.

Portanto, é importante sensibilizarmos os Deputados Federais, para que o projeto seja aprovado, regulamentando a profissão. Muito Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Biel Rocha - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou ontem a indicação de dois nomes para as três vagas abertas, no mês passado, no Supremo Tribunal Federal, com a escolha do primeiro negro para ocupar cadeira de Ministro da mais alta corte do País.

Um dos escolhidos é Joaquim Benedito Barbosa Gomes, justamente o negro, de Minas Gerais, que substituiu o Ministro Moreira Alves, que aposentou compulsoriamente por ter completado 70 anos no último dia 19.

A escolha inédita no Brasil de um negro para o Supremo tem caráter simbólico e é uma vitória dos movimentos pelos direitos humanos, em especial daqueles que trabalham no combate a todo tipo de preconceito, em particular o racial.

Joaquim Benedito Barbosa Gomes, 48 anos, Procurador da República no Rio de Janeiro, negro e com atuação marcada pelos trabalhos sobre ação afirmativa contra o racismo, publicou alguns livros relativos à questão. Mineiro de Paracatu, filho de pedreiros, entrou para o Ministério Público Federal em 1984, em Brasília, onde morou a partir dos 16 anos até 1993.

Formado pela UnB, atuou como advogado no Rio de Janeiro e em vários países da Europa; fez mestrado em direito constitucional, público, administrativo e comparado e é doutor em direito político pela Universidade de Paris; trabalhou como gráfcico no Senado, oficial de chancelaria no Itamaraty, assessor jurídico do SERPRO e consultor jurídico do Ministério da Saúde; é um dos principais defensores da adoção do sistema de quotas nas universidades, professor adjunto do Departamento de Direito de Estado da UERJ. Barbosa Gomes, além de dar palestras e prestar consultorias, principalmente relativas à discriminação racial, é professor visitante na Universidade da Califórnia, em Los Angeles.

A nomeação de Joaquim Benedito sinaliza que Lula pretende dar espaço a políticas de combate ao preconceito racial, somadas à criação, no dia 21 de março, da Secretaria de Políticas e de Promoção de Igualdade Racial.

Outro registro importante tenho a fazer. O jovem Henrique Cândido, conhecido como Vitória, nascido em Belo Horizonte, é praticante de "skate", esporte que vem crescendo no País. Nos últimos 15 dias, conseguiu, no "X-Games", campeonato latino-americano ocorrido no Rio de Janeiro, a única vaga para participar do mundial a ser realizado em agosto, em Los Angeles. Colecionando dezenas de vitórias e belas "performances" em competições, representará o Brasil na Califórnia. Obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, TV Assembléia, galerias, há algumas semanas, comuniquei desta tribuna aos caros colegas que havia protocolado projeto de lei dispondo sobre a Política Estadual de Estímulo à Construção de Barragens e de Desenvolvimento Econômico das Regiões dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas.

Naquela oportunidade, ao elogiar o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Secretária Elbe Brandão, afirmei que aquele projeto seria um instrumento fundamental para o Governador Aécio Neves e para a Secretária, que querem soluções para reduzir as desigualdades regionais e garantir condições ao desenvolvimento de programas de recuperação econômica daquelas vastas regiões.

Protocolo em 7/5/2003, projeto de lei que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Pesquisa, à Preparação e à Utilização de Produtos Fitoterápicos.

Trata-se de projeto baseado no mesmo conjunto de objetivos que deu origem ao projeto referente à construção de barragens, anteriormente citado, para as mesmas regiões dos vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas. Estabelece que o Estado adotará a referida política de incentivo, propondo facultar ao SUS o uso desses medicamentos fitoterápicos no tratamento de determinadas enfermidades. Essa política compreende ações desenvolvidas pelo Estado diretamente ou por meio de programa em parceria com os municípios ou consórcio intermunicipal de saúde.

O medicamento fitoterápico é obtido e elaborado a partir de matéria-prima ativa vegetal com finalidade terapêutica.

No que toca à incumbência dos partícipes desse projeto, caberá ao Estado o desenvolvimento da política ora proposta, por meio do cultivo de hortas comunitárias nas regiões mencionadas, do suporte técnico, financeiro e operacional aos municípios que desenvolvem ações, projetos e programas de cultivo de plantas fitoterápicas e do estímulo a parcerias, convênios, acordos ou ajustes, visando à transformação dessas plantas em medicamentos.

Ao município ou consórcio municipal, participante da parceria, caberá obtenção da matéria-prima e preparação, total ou parcial, dos produtos fitoterápicos.

A pesquisa de plantas voltadas para a preparação de produtos fitoterápicos levará em conta, evidentemente, a biodiversidade e priorizará as espécies encontradas em todas as regiões do Estado.

Portanto, trata-se de projeto que objetiva assistir e integrar, no processo de desenvolvimento, os municípios que possuem condições escassas de crescimento socioeconômico.

A exemplo do "Projeto das Barragens" que requeri aos colegas, mais uma vez, solicito o empenho e o apoio para a aprovação desse importante projeto que, se aprovado, possibilitará melhoria de qualidade de vida à população de toda a região.

Aproveitando esta oportunidade, quero comentar e, ao mesmo tempo, elogiar o projeto do Governador Aécio Neves, encaminhado a esta Casa na semana passada, que visa incentivar e possibilitar aos jovens a oportunidade de obter o primeiro emprego. Aliás, o projeto foi intitulado "Primeiro Emprego".

Ao elogiar o Governador Aécio pela iniciativa, informo que há nesta Casa, desde o ano passado, projeto em tramitação, visando gerar condições favoráveis para a criação do primeiro emprego. Essa é medida que, evidentemente, proporcionará aos jovens oportunidade de acesso ao difícil mercado de trabalho. (- Lê:) "O Deputado requer seja anexado ao Projeto de Lei nº 310/2003, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às empresas que contratem empregados com idade entre 16 e 18 anos, o Projeto de Lei nº 668/2003, instituindo o programa primeiro emprego, de autoria do Poder Executivo, por se tratar de matéria que guarda identidade e semelhança com outra já em tramitação nesta Casa."

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas da Assembléia Legislativa, cidadãos e cidadãs que acompanham nossos trabalhos, venho à tribuna registrar uma iniciativa de todos os Deputados desta Assembléia, com o apoio da Mesa, que considero da

mais alta relevância: a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Já recolhemos mais de 40 assinaturas de adesão ao manifesto de lançamento da Frente Parlamentar, que representa o compromisso da Assembléia Legislativa de Minas Gerais em cumprir o art. 227 da Constituição Federal, que resgata a noção de direito geracional, colocando como absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente, e também o compromisso dessa instituição com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de julho de 1990. Aí reside a primeira importância dessa Frente. Sabemos do compromisso histórico de vários parlamentares individualmente com a causa da criança e do adolescente; do trabalho das comissões permanentes em várias áreas setoriais em relação à criança e ao adolescente. Mas a Frente Parlamentar resgata o compromisso da instituição com o Estatuto. Esse é um debate político da mais alta importância, às vezes rebaixado no nosso País. É comum as pessoas dizerem que o Estatuto da Criança e do Adolescente é muito avançado, uma lei feita para os moldes da Europa, como se a criança e a família da Europa fossem portadoras de direitos superiores a qualquer criança deste mundo. O problema no Brasil é que as condições sociais, o descumprimento das leis e a noção de cidadania estão rebaixados. Temos de empreender uma luta para que todos os poderes públicos e a sociedade cumpram o Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente neste tempo de violência e marginalidade. As pessoas, por falta de informação, dizem que a culpa é do Estatuto, que passa a mão na cabeça do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, no caso do adolescente que comete ato infracional, sete medidas educativas, incluindo privação de liberdade, com internação em estabelecimento educacional. O problema é que não existe, em Minas e no Brasil, uma rede competente para fazer com que o Estatuto seja cumprido. São necessárias não só medidas sócioeducativas, que são a ponta do "iceberg", mas também políticas públicas destinadas ao atendimento e à proteção integral previstas no Estatuto.

Considero importante essa Frente Parlamentar. O primeiro item é o compromisso institucional com o cumprimento do Estatuto.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado André Quintão. Quero parabenizá-lo por falar, mais uma vez, sobre a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente apresentada para debate no Plenário. Foram mais de 40 signatários da Assembléia Legislativa. Considero que o lançamento da Frente Itaobim foi um sucesso, quando lá estivemos com os Deputados Laudelino, Maria José Hauelsen e outros. Esse sucesso precisa ter seqüência. Como disse o Deputado André Quintão, é necessário criar uma rede em Minas Gerais e outra nacional em defesa da criança e do adolescente. O objetivo da Frente Parlamentar é esse.

No ano passado, outra legislatura, tive oportunidade de presidir a Comissão Especial que apurou denúncias e fez propostas de políticas públicas contra a exploração sexual de crianças e de adolescentes. O relatório que entregamos contém 28 propostas sobre essa questão. Muitas delas são de fortalecimento das entidades, tais como o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente. No entanto, é necessário haver um canal permanente de cobrança e um outro de apuração de denúncias, que também é outro fator importante.

Informo aos Deputados que recebi denúncia, em forma de processo em uma cidade do interior - não vou dar detalhes, porque está havendo investigação -, de uma rede de pedofilia que, se for confirmada, é um problema seriíssimo, que estaremos detectando no Estado. Nossa Frente Parlamentar vai ter papel importante nessa apuração. As Polícias Civil e Federal já estão investigando. Essas violências que ocorrem contra a criança e o adolescente não podem continuar escondidas na sociedade. Temos a função de protegê-los.

Deputado André Quintão, conclamo os Deputados para que, cada vez mais, criemos raiz em torno dessa Frente e, nas nossas bases, onde temos trabalho político, possamos trazer também as Câmaras Municipais e os Vereadores para participar dessa rede em defesa da criança e do adolescente. Julgo que essa é uma das tarefas mais importantes que temos.

A Constituição Federal foi sábia ao dizer que a defesa e os direitos da criança e do adolescente têm prioridade absoluta. É necessário que esse artigo constitucional seja cumprido. Parabéns, Deputado André Quintão!

O Deputado André Quintão* - Agradeço o aparte, Deputado Rogério Correia, um dos articuladores da Frente. A intenção de todos os Deputados que assinaram essa adesão é, nos próximos dias, realizar uma reunião ampla para estabelecer uma pauta, um cronograma de trabalho. A linha será essa apresentada pelo Deputado Rogério Correia. Precisa haver uma articulação com os parlamentares federais e os municipais. Sabemos que uma rede de políticas públicas pode garantir o direito da criança e do adolescente.

Muitas vezes, as competências e as atribuições estão distribuídas pelos diversos níveis de Governo. Algumas medidas devem ser no âmbito municipal, como, por exemplo, a existência dos conselhos tutelares, peças-chave no cumprimento do Estatuto. Muitos municípios mineiros ainda não têm conselho tutelar. A metade dos municípios mineiros não tem sequer conselho da infância e da adolescência. Cerca de 10% ou 20% dos conselhos existentes hoje têm fundo. E apenas uma pequena parcela tem recurso do Tesouro municipal nos fundos, nas cidades e nos municípios de Minas.

É uma articulação importante e a estamos chamando de Rede Interparlamentar de Apoio à Criança e ao Adolescente.

O Deputado Laudelino Augusto (em aparte) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença, em nossas galerias, do Sr. Camilo de Assis Silva, Presidente do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social - COGEMAS.

Como co-autor do requerimento - junto com mais 40 Deputados - para a instituição da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, queria fazer uma reflexão breve de que fizemos em Itaobim, na segunda-feira. Lembramos uma frase de nosso poeta e cantor Milton Nascimento: "Há que se cuidar do broto, para que a vida nos dê flor e fruto".

O Estado, em todos os seus níveis - federal, estadual, municipal -, a sociedade e a família, principal responsável, estão sendo omissos, não estão cuidando bem do broto - as crianças e os adolescentes -; portanto estão produzindo e colhendo maus frutos. A cada dia, ouvimos mais notícias de violência, drogas, tráfico, abuso sexual, etc.

Há que se cuidar do broto, e nossa Frente se propõe exatamente a fazer isso. Em parceria com a sociedade, a rede pública com seus poderes, entre eles o Ministério Público, e a família, pretendemos defender a vida das crianças e dos adolescentes. Assim, cuidaremos do broto, para que a vida dê muitas flores lindas e frutos muito bons. Queremos um jardim neste mundo, e isso é possível.

Essa é a proposta da Frente. Talvez, na semana que vem, tenhamos nossa reunião, a fim de empreender ações concretas para garantir a qualidade de vida de todos.

Parabéns ao André e a todos os que assinam o documento! Trabalharemos juntos nessa Frente.

O Deputado André Quintão* - Agradeço as palavras do Deputado Laudelino Augusto e digo aos Deputados e Deputadas que a Frente tem importância também por outro fator: ao congregarmos mais de 40 parlamentares, de diversos partidos, na luta por uma causa ética, humanitária, civilizatória, traz legitimidade política para a defesa dos fundos, do orçamento, de efetivo investimento na área das crianças e dos adolescentes no Estado. Além dessa legitimidade e força política, de maneira suprapartidária, ela retrata uma união de esforços, porque representantes de todas as 16 comissões permanentes da Assembléia estarão presentes.

O direito da criança já começa na gravidez, no pré-natal adequado, no combate à desnutrição, por isso a área da saúde é de fundamental importância na defesa da vida. A educação é estratégica e passa pela educação infantil e pelo curso fundamental, ou seja, pelo ciclo de educação básica. A profissionalização é fundamental para preparar o adolescente para o mundo do trabalho. É necessária a assistência social, vista, pois se compreende que a família é o elemento estruturante na proteção integral da criança e do adolescente. Temos ainda a segurança alimentar. Portanto, tratar da criança e do adolescente implica uma rede de políticas públicas integradas, o que motiva também a criação da Frente.

Do ponto de vista político, a Frente poderá estabelecer canais de interlocução sérios e respeitosos com os mecanismos constituídos no Estado, que representam toda a luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente: o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, órgão máximo de deliberação das políticas dessa área; a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que congrega todas as entidades da sociedade civil que trabalham na área; a Associação Estadual de Representação dos Conselheiros Tutelares - ACOTEMG -; os conselhos das outras áreas da assistência social; o CONSEA, na área de segurança alimentar; o Conselho de Saúde e outros.

Então, a constituição dessa frente é passo importante para o fortalecimento de políticas públicas nessa área. Queremos e vamos realizar discussão séria sobre a LDO, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual. Não basta o compromisso retórico, queremos ações, com recursos que, de fato, garantam políticas públicas voltadas para o que as pessoas de bem precisam; por isso a Constituição Federal colocou como prioridade absoluta o direito da criança e do adolescente. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, voltaremos a esta tribuna, na próxima semana, para apresentar o contraditório em decorrência do pronunciamento do Deputado Miguel Martini. Eu e o Deputado Durval Ângelo usaremos a tribuna para apresentar e esclarecer a verdade dos fatos acontecidos na progressista e respeitada Comarca de Andradadas, há mais de dois anos.

Porém, neste momento, não poderia deixar de fazer a seguinte reflexão: Parece que o inconsciente nacional já incorporou a idéia, amplamente difundida, de que o Brasil não reverencia a memória, tanto quanto deveria, daqueles que dedicaram suas vidas ao engrandecimento da Nação.

Talvez tenha sido a razão pela qual o Palácio do Planalto descuidou-se, atrasando a decretação de luto oficial em memória de um grande brasileiro e filho de Minas Gerais. Esta Casa, porém, não poderia silenciar-se na repercussão dos feitos memoráveis de quem tanto a dignificou, cuja trajetória de vida contribuiu decisivamente para o progresso de Minas Gerais e para as grandes transformações nacionais.

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça nasceu em 13/1/29, em Três Pontas, Sul de Minas. Filho do dentista e professor José Vieira de Mendonça e de Luzia Chaves de Mendonça, o ex-Governador foi casado com Minervina Sanches de Mendonça, carinhosamente conhecida por Dona Vivi, falecida ano passado, com que teve os filhos Maria Guiomar, Antônio Aureliano e Maria Cecília.

Graduado em 1953 pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, no curso de Engenharia Mecânica e Elétrica, Aureliano Chaves ingressou na política em 1958, elegendo-se suplente de Deputado Estadual para o mandato 1959-1963, pela UDN. Efetivado Deputado em junho de 1961, renunciou ao mandato em outubro de 1962 para ocupar uma diretoria na ELETROBRÁS.

Presente ativamente no movimento que depôs o Presidente João Goulart, em 1964, vinculou-se à Arena em 1965, após a reorganização do quadro partidário, tornando-se seu Vice-Líder na Assembléia Legislativa, em 1966.

No episódio que culminou com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13/12/68, enfrentou seu maior desafio da vida parlamentar e firmou-se como grande homem público e estadista nacional.

Nesse momento, mais uma vez, a atitude de Aureliano inclinou-se aos ditames da sua consciência. Foi um dos poucos integrantes da bancada mineira na Câmara Federal a se posicionar contrariamente à licença pretendida pelo Governo do Gen. Costa e Silva para processar o então Deputado Márcio Moreira Alves, acusado de haver, da tribuna, pronunciado um discurso considerado ofensivo às Forças Armadas.

Negada a licença e afastado o Deputado Djalma Marinho da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, foi Aureliano Chaves o orador da solenidade de desagravo em que poucos companheiros se solidarizaram com aquele ilustre parlamentar.

Aureliano Chaves elegeu-se Deputado Federal para os mandatos 1967-1971 e 1971-1975. Conduzido ao Governo de Minas, Aureliano Chaves deu prosseguimento ao processo de modernização econômica inaugurado por Rondon Pacheco, dinamizando o modelo que visava criar no Estado condições propícias ao desenvolvimento de grandes unidades industriais e agroindustriais.

Esse período distingue-se, então, pelo ingresso definitivo de Minas na fase industrial, centrando-se a atuação do Governo Aureliano Chaves nos programas de expansão e na produção de insumos básicos, principalmente fertilizantes. Nesse diapasão, em 1976 eram iniciadas as obras de terraplanagem e construção de alojamentos da AÇOMINAS.

Na mesma época, dava-se andamento aos contratos de aquisição de sua usina em Ouro Branco e, paralelamente, começavam as obras de expansão da USIMINAS e planejava-se a construção da nova linha de produção da Siderúrgica Mendes Júnior, em Juiz de Fora.

A implantação dos projetos da VALEP, em Itabira, da VALEFÉRTIL, em Uberaba, e da FOSFÉRTIL, em Patos de Minas, foi passo decisivo para assegurar a auto-suficiência brasileira no setor de fertilizantes.

Esse conjunto de realizações, a conclusão das obras da Fiat Automóveis, a pavimentação de estradas e a abertura de novas frentes de trabalho transformaram Minas Gerais, no Governo Aureliano Chaves, no segundo pólo industrial do Brasil.

Em 1979, Aureliano Chaves ocupou a Vice-Presidência da República, reafirmando as virtudes de sua vida pública, quais sejam o destemor e a dignidade, exemplos que lega a essa nova geração de homens públicos.

Nessa quadra, a determinação e o desprendimento de Aureliano Chaves ensejaram a construção de uma etapa decisiva para a história recente do processo de redemocratização do País, quando liderou a dissidência que culminou com a criação da Frente Liberal e a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República.

Ministro de Minas e Energia no Governo Sarney, Aureliano Chaves ratificou em sua gestão, de maneira firme e decisiva, o seu compromisso inabalável com as questões éticas e morais, expressando definitivamente a sua firmeza de caráter e de respeito com a coisa pública.

Permito-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, reproduzir aqui alguns trechos do artigo de Acílio Lara Rezende, publicado no jornal "O Tempo", edição de hoje, com o título "A morte de um bravo":

"Na sua impecável trajetória política, deixou inúmeros exemplos de ética e respeito pela coisa pública. Com coragem, sua marca principal, disse e repetiu algumas frases, exclusivamente suas, só aparentemente contraditórias, como esta: 'A vida política é uma sucessão de fatos e uma contínua antecipação de fatos'.

Ou como esta outra, que pronunciou em todas as oportunidades que teve: 'Estamos sempre tapando o sol com a peneira' – um erro, diga-se de passagem, no qual jamais incorreu, pois foi sempre coerente e verdadeiro.

Sua retidão de caráter não lhe permitiu incluir-se dentre os que, sorratamente, contrariam a verdade. Por isso, nunca deixou de emitir sua opinião, doesse a quem doesse".

Sobre a atuação de Aureliano Chaves no processo de redemocratização, Lara Rezende assim bem resumiu o seu importante papel:

"Sem a força da sua presença moral, talvez a história fosse outra. Foi, repito, em todo sentido, um bravo, mas que sempre se fez acompanhar das virtudes do recato e da humildade".

Foi com essa mesma bravura que Aureliano Chaves posicionou-se contra a privatização de Furnas. Aliás, não somente no caso de Furnas, mas de todo o sistema elétrico, afirmando sempre ser esse um setor estratégico que deveria permanecer em mãos do Estado.

É por essa demonstração de bravura e altivez, de fé e de amor à sua família, à Pátria, ao seu Estado de Minas Gerais e à sua querida terra Três Pontas que, em nome do Sul de Minas e da bancada sul-mineira nesta Casa, gostaria de render justa homenagem a esse grande homem.

Entendo, Sr. Presidente, oportuna a materialização dessa homenagem e o faço, ainda que de maneira singela, ao apresentar nesta Casa projeto de lei que dá a denominação de Rodovia Governador Aureliano Chaves ao trecho da MG-167, que liga sua terra Três Pontas à vizinha cidade de Varginha.

É inegável, nobres colegas, que o recente desaparecimento de Aureliano Chaves, ocorrido no último 30 de abril, representou para o Brasil e, em especial, para Minas Gerais uma perda irreparável, visto que, por sua estatura moral, foi um dos homens que melhor sintetizou a grandeza de Minas Gerais, honrando as nossas tradições centenárias em defesa da liberdade e da Pátria.

Resta-nos, pois, como atitude que honra a memória desse ilustre mineiro, ter a sabedoria necessária ao aprendizado das elevadas lições que o exemplo de Aureliano Chaves nos transfere. Tenho certeza de que sua memória e exemplo serão seguidos por todos nós, parlamentares mineiros e do Brasil. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 13/5/2003, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando César Augusto Torres do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando Éder de Oliveira Martins Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando Fátima dos Santos Nunes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Éder de Oliveira Martins Júnior para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2003

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2003

Data de julgamento das propostas de preços: 13/5/2003.

Objeto: aquisição de diversos papéis e cartolina.

Licitantes vencedoras: RV Comércio e Representações Ltda. (itens 1 e 4); Gimba Suprimentos de Escritório e Informática Ltda. (itens 2 e 3); Resma Comércio de Papéis Ltda. (itens 5 e 7); Encapa Atacado e Varejo Ltda. (itens 6, 8 e 11) e Pelkote Indústria e Comércio Ltda. (itens 9 e 10).

Belo Horizonte, 13 de maio de 2003.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.